



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 05 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Adllander Matos

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 50 minutos.

Deu-se início ao debate e apreciação conjunta, na generalidade, das propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2011, tendo usado da palavra o Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Emery Trovoada), que fez a apresentação dos referidos diplomas e o Sr. Deputado Alcino Pinto (MLSTP/PSD), que apresentou o parecer da 2.^a Comissão Permanente sobre o assunto em discussão.

No debate intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Emery Trovoada), os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD), Carlos Pinheiro (ADI), Cecílio Quaresma (ADI), Idalécio Quaresma (ADI), Filomena de Pina (PCD), José Diogo (ADI), Helder Menezes (MDFM/PL e Delfim Neves (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine de Ceita
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Cecílio Quaresma **da Graça** do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Filomena Maria de F. D. X. de P. **dos Prazeres**
Flávio Pires Mascarenhas **dos Ramos**
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José da Graça **Diogo**
José António do Sacramento **Miguel**
José Manuel M. **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Martinho da Trindade **Domingos**
Mário **Fernando**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo **Jorge** de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
Ângela Maria da Graça **Viegas** Santiago
António Afonso **Ramos**
António Neves **Sacramento Barros**
António **Monteiro** Fernandes
André da Trindade **Cravid**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Carmelita Lima **Taveira**
Dionísio **Fernandes** Leopoldino
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder **Afonso** da Costa **das Neves**
Joaquim **Rafael** **Branco**
José da Graça **Viegas** Santiago
Maria **das Neves** Ceita Batista de Sousa
Olímpia **Dias** **Xavier** de **Pina**
Silívia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria X. **de Pina** dos Prazeres
Firmino **João** **Raposo**

Francisco Inácio da Silveira Rita
Maria Edite Salvaterra Pinto
Sebastião Pinheiro

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Cravid Bonfim Menezes

Esta Sessão Plenária tem um objectivo que é a discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções de Plano. Como sabem, o Orçamento Geral do Estado é o documento no qual estão previstas as receitas a arrecadar e fixadas as despesas a realizar durante o ano a que diz respeito, isto é, durante o ano 2011. A elaboração desse documento é da competência do Governo, assim como a sua execução e cabe a nós, a Assembleia Nacional, aprová-lo juntamente com as Grandes Opções do Plano, ou seja, o plano económico e social do Governo.

Como mandam as regras, este acto inicia-se com uma intervenção do Governo, obviamente, para introduzir as propostas ao debate, em seguida, ouviremos o relatório da Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional sobre a matéria e depois o acto prosseguirá com pedidos de esclarecimentos e intervenções dos Srs. Deputados. Como está indicado no nosso Boletim, ao Governo e à cada grupo parlamentar, bem como ao único Deputado do MDFM/PL, é garantido um tempo de intervenção, por isso, com a permissão de Vossas Excelências e das Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos iniciar o trabalho.

Neste sentido, convido o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo a usar da palavra para introduzir as propostas para o debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Patrice Emery Trovoada): — Excelência Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelências Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste primeiro encontro do ano 2011, quero aproveitar esta oportunidade para desejar a todos os membros desta augusta Casa Parlamentar, bem como todos os são-tomenses, os meus votos pessoais e do Governo de um bom ano, felicidade, saúde e prosperidade. É no cumprimento de que dispõe o artigo 97.º da Constituição Política nas suas alíneas g) e h) que aqui estou para apresentar-vos o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o corrente ano de 2011. Faço-o na convicção profunda de que o Governo poderá contar com a colaboração de todos, à luz da situação real do nosso país, da estrutura da sua economia e da situação financeira económica internacional para adoptar São Tomé e Príncipe de um orçamento que seja, simultaneamente, saneamento das nossas finanças públicas e de reforço à nossa economia, com firme propósito de criar as condições que nos permita melhor enfrentar os desafios que nos impõem, por um lado, a crise mundial e, por outro, a obrigação que temos todos de romper com o ciclo vicioso da miséria, da dependência sistémica e excessiva do exterior e fortalecer as bases de um desenvolvimento sustentado do País. A proposta do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções de Plano que aqui serão discutidas, a partir de hoje, foram submetidas à Assembleia Nacional no dia 15 de Novembro do ano passado e sobre essa entrega e demais questões relacionadas, permita-me, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados curtas e importantes notas.

Para dizer que nos termos do Estatuto do Direito da Oposição, os partidos políticos representados na Assembleia Nacional que não fazem parte do Governo foram consultados em relação às propostas de Lei das GOP e do OGE, após a respectiva entrega a Assembleia Nacional. Face ao questionamento legítimo dos partidos políticos da oposição, o Governo apresentou, em tempo oportuno, as suas justificações e desculpas, que reitero aqui, hoje.

Contudo, face ao carácter genérico das normas que estabelecem o direito de consulta prévia, é também legítimo perguntar, se precisar, em relação a submissão formal a Assembleia Nacional das propostas de OGE e das GOP, em que particular momento os partidos da oposição devem ser consultados, a extensão das informações a serem prestadas, bem como o alcance dessa consulta.

A segunda nota tem a ver com o prazo de entrega das propostas de leis das GOP e do OGE. Com efeito, o Regimento da Assembleia Nacional dispõe o seguinte:

«A proposta de Lei das GOP referente a cada ano, é apresentada a Assembleia Nacional no prazo legalmente fixado».

A Lei 3/2007, alterada pela Lei 12/2009, fixa a data de entrega da Lei das GOP e do OGE para o dia 31 de Outubro.

No entanto, o próprio Regimento da Assembleia Nacional no artigo 205.º, ponto 2, diz que: «O Primeiro-Ministro remete ao Presidente da Assembleia Nacional até 15 de Novembro de cada ano as propostas de Lei das GOP e a proposta de Lei do OGE para o ano económico seguinte com a documentação anexa».

Assim sendo, se é verdade que do ponto de vista estritamente jurídico a lei se sobrepõe, obviamente, ao Regimento, não é menos verdade que a aprovação por uma instituição de dois textos contraditórios sobre uma mesma matéria constitui um forte indicador de amplitude do trabalho legislativo que temos todos de empreender. No entanto, em tempo oportuno o Governo endereçou uma carta a Assembleia Nacional pedindo a prorrogação do prazo de entrega para o dia 15 de Novembro de 2010.

Excelências, mais do que isso, devemos todos pensar profundamente nos prazos e calendários de aprovação destes instrumentos fundamentais para qualquer governo que são o OGE e o GOP.

Num contexto de extrema dependência externa dos nossos recursos, da vontade e disponibilidade dos parceiros e da alterabilidade do início da Legislatura.

Em meados de Setembro do ano passado, o Governo submeteu à apreciação desta Assembleia o seu Programa de governação para a presente legislatura. Desde a investidura do Governo até a presente data perscrutamos sobre o funcionamento da nossa economia, ouvimos as pessoas de dentro e de fora, consultámos vários parceiros externos, sentimos o pulsar da nossa sociedade e vimos agora perante vós apresentar a proposta de OGE e das GOP, instrumentos de governação de visam iniciar o processo de materialização dos grandes eixos do Programa do Governo.

O contexto em que surge este orçamento obriga-nos a uma reflexão conjunta sobre a adequação das Leis e Regimentos que regem esta matéria, a realidade estrutural da nossa economia que ainda durante muitos anos continuará sob forte dependência de factores e recursos externos alheios ao nosso controlo.

Como lidar, a título de exemplo, com uma proposta de Lei de OGE e das GOP que só poderão ser apreciadas por imperativo de lei após o mês de Novembro, quando nessa altura as grandes economias, incluindo os nosso principais parceiros já aprovaram os seus orçamentos para o ano seguinte, até mesmo as verbas destinadas à ajuda e à cooperação internacional.

A experiência da República irmã de Cabo-Verde é bastante elucidativa a esse respeito.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Como responsáveis políticos e representantes do Povo temos o dever de falar a verdade com coragem e responsabilidade. Assumimos a responsabilidade de governar, convencidos de que podemos e sobretudo, de que temos o dever de inverter a situação económica e social do nosso país.

A expectativa é grande e legítima por parte da maioria da nossa população que é jovem, pobre e está impaciente em conhecer dias melhores. Dias melhores só chegarão com medidas corajosas, muito trabalho, firmeza e seriedade, sobretudo, com tempo para acção e responsabilidade institucional.

A situação socioeconómica e financeira do nosso país resulta de um processo que quase nós todos aqui presentes conhecemos e contribuímos, de uma maneira ou de outra.

Seguramente, o momento não é para críticas destrutivas ou demagogias nem é para cálculos de curto prazo e manobras circunstanciais, tirando proveito de eventuais e compreensíveis descontentamentos. O momento é de responsabilidade e o Governo assumirá as suas por completo nestes tempos difíceis.

Um maior esforço é exigido a todos e terá que tomar em conta a justiça social e a protecção dos mais fracos e dos mais pobres. Face à indispensável contenção e aos sacrifícios, queremos dialogar, inovar, reorganizar, racionalizar e sermos mais solidários nas decisões.

A caminhada será, naturalmente, longa e difícil, mas os objectivos dos quais nos propusemos são claros, ambiciosos, exequíveis, apesar das incertezas que resultam da crise e do contexto internacional. Pois, como sabem todos, há já muito que a nossa economia deixou de produzir, de exportar, de criar riquezas e foi perdendo a sua competitividade. Há bastante tempo que ela se tornou uma economia quase que exclusivamente assistida pela generosidade internacional, incapaz de honrar compromissos e que se alimenta daquilo que os outros produzem.

Nestas circunstâncias, as nossas projecções serão fortemente influenciadas pelo estado geral da nossa economia, da nossa capacidade de mobilização externa e da nossa credibilidade junto aos nossos parceiros e pela conjuntura externa que determinará a maior e menor entrada de recursos e consequentemente do crescimento económico do País.

Assim sendo, duas atitudes impõem-se logicamente. Em primeiro lugar, eliminar as despesas ineficazes e combater a inflação que constitui um custo para as nossas finanças públicas e que põe em causa a justiça e a coesão social.

Em segundo lugar, adoptar uma atitude permanentemente seria, responsável, face a todos aqueles que nos presta generosamente a sua ajuda, bem como critérios mais inteligentes e sensatos na utilização de recursos que são postos a nossa disposição. Não pode haver lugar a ostentações e desperdícios de recursos alheios.

Mas, a nossa situação exige ainda um pouco mais. É sempre preciso dialogar e negociar sem medo nem receio, mas sempre de cabeça erguida e com os olhos postos nos interesses supremos da nação. O tempo urge que se experimente novas soluções com novos e velhos parceiros, sem complexo e nacionalismo estéril. Esta é uma obrigação tanto mais incontornável quando sabemos que mais de 93% do nosso Orçamento é dramática e irremediavelmente financiado pelos recursos externos e os parceiros tradicionais enfrentam igualmente crises que limitam sobremaneira a sua capacidade contributiva.

Contudo, não nos cansaremos de repetir que o factor fundamental do sucesso somos nós, mulheres e homens são-tomenses, os únicos responsáveis pelo nosso futuro colectivo.

A nossa atitude perante a coisa pública, o combate a corrupção e a burocracia excessiva, a credibilidade do sistema judiciário, a vontade de reforma, a assunção de responsabilidade, a capacidade de decisão, a despauterização da função pública, a coragem e espírito de sacrifício, a oportunidade para todos, o combate ao egoísmo e a injustiça, o diálogo construtivo, os consensos e a estabilidade governativa são possíveis. Outros conseguiram.

Muitos dos nossos problemas devem-se mais ao factor humano e não tanto a disponibilidade de recursos financeiros.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores, se o valor global do OGE para 2011 é quase similar ou terá mesmo registado uma ligeira contracção em termos reais ao do ano anterior, a verdade é que estamos perante um orçamento diferente. Os orçamentos apresentam sempre aspectos de continuidade e aspectos de mudança quantitativa e estrutural.

A anuidade de documento intitulado GOP e o seu enquadramento no OGE pode não facilitar a interpretação das opções e estratégias de políticas de desenvolvimento que deverão necessariamente inscrever-se num horizonte temporal mais dilatado.

Neste OGE para 2011 foram estabelecidas prioridades mais consentâneas com a optimização dos poucos recursos disponíveis ao mesmo tempo que ele está virado para o crescimento em detrimento dos gastos ineficazes e improdutos.

Pretende-se com este Orçamento dar uma direcção e sentido a economia nacional e lançar as bases de uma sociedade mais saudável e mais justa na distribuição dos seus recursos e nas oportunidades que oferece a cada são-tomense e a sua juventude. É importante para a sua interpretação dizer que o OGE 2011 inscreve-se numa linha global, sucessiva e coerente de acções e reformas para uma legislatura, sendo essa a única referência temporal razoável de toda a acção governativa.

Neste sentido, para 2011 perspectiva-se a continuação da retoma da actividade económica, timidamente manifestada no segundo semestre do ano passado, apesar das incertezas que pairam sobre a economia global. Tal recuperação deverá assentar-se num aumento das entradas de capital privado, principalmente investimento directo estrangeiro, bem como o incremento de mobilização de recursos externos e uma implementação mais dinâmica e efectiva de Programa de Investimento Público.

Medidas serão por conseguinte adoptadas com o propósito de melhorar a execução dos projectos de investimento público e privado em geral, de modo a reduzir os constrangimentos na oferta e ao mesmo tempo elevar o potencial crescimento da economia.

O investimento público e as parcerias público privadas, infra-estruturas rodoviárias de transporte, telecomunicações, bem como o sector de água e energia conhecerão um aumento. No âmbito das finanças públicas, o Governo fixou como objectivo a médio prazo a redução, estabilização do défice primário interno em níveis abaixo de 3% do PIB, o que nos impõe esforços redobrados no sentido de aumentar a capacidade de arrecadação de receitas internas, bem com a adopção de política que evitem tanto a contratação de empréstimo não concessionais externos como o financiamento interno do défice fiscal.

No entanto, o Governo considera necessário encarar seriamente a problemática da dívida interna que tem vindo a assumir proporções preocupantes para a credibilidade e a boa reputação do Estado.

O Governo pautará a sua conduta por uma política orçamental prudente, consubstanciada na contenção das despesas de funcionamento e, sobretudo, no reforço de capacidade de gestão das despesas, de modo a evitar que o OGE conheça derrapagens e atrasos recorrentes. A política orçamental assim conduzida, prestará também um contributo fundamental para uma execução bem sucedida da política monetária e cambial por parte do Banco Central, permitindo que esta continue centrada na estabilidade dos preços e em particular na preservação das reservas cambiais, como forma de conferir sustentabilidade ao novo regime de paridade fixa entre a dobra e o euro.

O Governo propõe para este ano de 2011 um Orçamento no montante de Dbs: 3.106.830.000.000,00 (três biliões, cento e seis mil milhões e oitocentos e trinta milhões de dobras), dos quais Dbs: 772.334.000.000,00 (setecentos e setenta e dois mil milhões de dobras) constituem despesas correntes, enquanto Dbs: 2.334.496.000,00 (dois mil milhões, trezentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil dobras) constituem despesas de capital.

Este Orçamento tem como objectivo reduzir o défice primário interno de 5,7% em 2010 para 3,9% em 2011.

No que respeita às receitas correntes, deverão situar-se em torno de Dbs: 725.848.000.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil milhões, oitocentos e quarenta e oito milhões de dobras), aproximadamente 18,1% do PIB. Essa cifra que representa um crescimento de 13% em relação à previsão de realização do ano de 2010 deverá ser assegurada pelo reforço das medidas que visam aumentar as receitas fiscais, mormente as receitas alfandegárias, bem como pelas medidas destinadas a consolidar o alargamento da base tributária do IRS, IRC e demais impostos.

Por seu lado, as despesas correntes do OGE referente ao ano de 2011 são fixadas em Dbs: 772.250.000.000,00 (setecentos e setenta e dois mil milhões e duzentos e cinquenta milhões de dobras), o que representa um decréscimo de cerca de 8% em termos reais relativamente à previsão de execução do ano de 2010. Importa referir também que a massa salarial conhecerá um aumento global de 10%, que se traduzirá num ajuste diferenciado dos salários dos funcionários públicos durante o ano de 2011, priorizando as categorias mais baixas do quadro de pessoal. A orientação das despesas públicas no âmbito do Programa do Investimento Público, visa, sobretudo, a criação de condições para um crescimento acelerado e redistributivo da economia são-tomense, diminuindo, por conseguinte, a incidência da pobreza que assola, aproximadamente, 54% da nossa população.

Sendo o desenvolvimento nacional integrado e equilibrado um desiderato com condicionantes implicações multifacetadas, este Orçamento integra projectos quase que exclusivamente centrados em áreas que visem a criação de condições para reforço das capacidades produtivas sociais, direccionados para a criação de emprego, redução da pobreza e a melhoria da prestação de serviço às populações.

Com vista a materialização do Programa do Investimento Público, está previsto um financiamento na ordem de Dbs: 2.254.271.000.000, 00 (dois biliões, duzentas e cinquenta e quatro mil milhões, duzentas e setenta e um milhões de dobrás), consistentes com as metas macroeconómicas e o comportamento da economia para o período, sendo os recursos externos orçados em Dbs: 2.129.084.000,00 (dois biliões, cento e vinte nove mil milhões e oitenta e quatro milhões de dobrás), e os internos em Dbs: 90.052.000.000,00 (noventa mil milhões e cinquenta e dois milhões de dobrás).

Os fundos provenientes da iniciativa HIPIC no valor de Dbs: 35.135.000.000,00 (trinta e cinco mil milhões, cento e trinta e cinco milhões) contribuirão para o financiamento destes projectos e em particular das acções que visem a redução da pobreza e a prossecução dos objectivos do milénio para o desenvolvimento e da estratégia nacional de redução da pobreza. Os sectores da economia, Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais, Ambiente, Saúde e Educação beneficiarão de importantes financiamentos, tendo em atenção o compromisso assumido pelo Governo na dinamização da economia nacional e promoção do sector produtivo empresarial e de actividades geradoras de rendimento para as famílias mais carenciadas, impulsionando um rápido crescimento da economia e consequentemente do emprego da riqueza e do bem-estar.

Naturalmente que o horizonte temporal de um orçamento e a insuficiência do recursos disponíveis não nos autoriza a propor um orçamento mais majestoso. No entanto, neles estão inscritos os principais projectos e acções que configuram uma utilização óptima dos recursos a que neste preciso momento o Governo tem grande probabilidade de acesso.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, para o sector das Obras Públicas e Recursos Naturais, estão alocados para o ano 2011 o correspondente a 33% do Orçamento Geral do Estado (OGE) e representam um aumento de 52% relativo ao ano 2010, o que revela a importância que atribuímos ao sector no processo do desenvolvimento do País. Para o sucesso desse processo a componente humana é muito importante e indispensável. Por isso, a nossa aposta na qualificação dos recursos humanos para que se possa estar ao nível das exigências técnicas e contribuir de modo mais activo e eficaz na elaboração de estudos, na avaliação da qualidade dos materiais e na execução e fiscalização das obras.

A abrangência desse sector aliada à sua ligação com fenómenos de alterações climáticas, obriga-nos a uma intervenção mais cuidada e mais rigorosa de forma a fazer o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a sua consequente aplicação em benefício das populações e do País. É neste sentido que no domínio do ambiente, estão alocados Dbs: 14.700.000.000,00 (catorze mil milhões e setecentos milhões de dobrás) consagrados a problemática da adaptação do fenómeno das mudanças climáticas na sua vertente: reflorestação, irrigação, energias renováveis, reabilitação e recuperação costeira e promoção de uma agricultura mais responsável.

A melhoria das infra-estruturas traduz-se também na conclusão das obras em curso, manutenção e reabilitação das estradas, pontes, muros de vedações em locais críticos que melhorem claramente a circulação de pessoas e bens. Considerando a importância que as mesmas têm como factor de desenvolvimento socioeconómico, no contributo que trarão para a melhoria da vida das pessoas foram alocadas 23% dos recursos afectos ao sector.

Para a realização de estudos, aquisição de equipamentos, com vista a melhoria de funcionamento dos serviços em geral, requalificações, conclusão de casas sociais em curso e para a garantia de funcionamento regular das instituições foram alocados cerca de 18% dos recursos.

Ao sector da Água, pela importância que lhe se atribui, pela sua abrangência nas nossas vidas, como factor essencial de desenvolvimento, foram afectos 11% dos recursos do sector.

Para a Energia disponibilizou-se 14% dos investimentos, como forma de intervir directamente na rede eléctrica, ou seja, prevendo-se a substituição da linha Santo Amaro a 30 KVA, Kilowatt, bem como a intervenção a realizar na rede de média tensão. Esse nível de intervenção, explica-se pela decisão do Governo em privatizar em 2011 a Empresa de Água e Energia.

Excelências, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, com firme propósito de melhorar a competitividade da economia nacional, este Orçamento afecta os sectores de Agricultura, Pesca, Indústria e Turismo, o equivalente a 10,17% do valor global do OGE para 2011. Na repartição das despesas por funções económicas, observa-se que o sector da Agricultura e Pesca absorve, em termos de programação, cerca de Dbs: 193.000.000.000,00 (cento e noventa e três mil milhões de dobrás), o que constitui cerca de 60% do valor global do sector e representa um acréscimo de 33% em relação ao ano anterior.

A função Comércio e Turismo absorve cerca de Dbs: 84.000.000.000,00 (oitenta e quatro mil milhões de dobrás) representando assim um aumento de 80% em relação ao ano 2010. Por fim, a Indústria absorve Dbs: 2.000.000.000,00 (dois mil milhões de dobrás) observando ainda assim um acréscimo de 150% em relação à programação do OGE para 2010.

Apraz-me aqui insistir que o total do investimento público para 2011, cerca de 13% desse valor vai incidir sobre a Agricultura, as Pescas, o Comércio e o Turismo, cabendo ao sector da Agricultura cerca de 61% do valor enquadrado, enquanto, ao sector do Comércio estarão reservados cerca de 26%.

O montante do investimento público servirá aqui para fomentar o sector Agro-pecuário e Pesqueiro, fazendo destes a fonte prioritária de luta contra a pobreza, através da criação de novos postos de empregos e aumento de nível de rendimento das populações, particularmente, as mais vulneráveis e do incremento da produção para o abastecimento tanto do mercado interno como para uma eventual exportação.

Nesses sectores que servirão de alavanca para o crescimento económico de São Tomé e Príncipe é de base fundamental para a segurança alimentar e nutricional, o Governo propõe, entre outras medidas, aproximar o sector público da Agricultura e Pesca do seu público-alvo, isto é, os agricultores e pescadores, mediante a criação de delegações regionais, investimentos e infra-estruturas de apoio a esses sectores, utilizando para tal a maior fatia de verba para o Ministério do Plano e Desenvolvimento, num total de Dbs: 150.000.000,00 (cento e cinquenta mil milhões de dobras).

O Governo espera, com tais medidas, aumentar a produção agrícola, pesqueira e pecuária, melhorar o rendimento das populações do meio rural, assegurar o abastecimento do mercado interno em produtos de origem vegetal e animal e promover a melhoria e certificação dos produtos de exportação. Os sectores de Comércio e Turismo, igualmente determinantes para o crescimento da economia absorvem cerca de 26% das verbas do PIP do Ministério do Plano, as quais se destinam a fomentar a criação e promoção dos produtos turísticos, melhorar o ambiente de negócios e promover a captação de investimento estrangeiro.

Através de tais intervenções, o Governo espera gerar novos postos de emprego, aumentar o rendimento e reduzir os índices de pobreza.

Caros Deputados, e Caras Deputadas, no sector da Educação, os recursos alocados para 2011, correspondem a 9% de OGE, e em relação ao ano 2010 representa um aumento de 13% em termos de recursos. Este aumento demonstra claramente que para nós a Educação é um factor determinante na estratégia do Governo para melhoria da competitividade económica são-tomense e de desenvolvimento sustentável.

Assim, vários projectos inovadores foram agendados para sustentar a missão do Ministério da Educação, Cultura e Formação, que é de criar e desenvolver políticas e acções educativas culturais e formativas, visando oferecer aos cidadãos serviços com qualidade e equidade que garantam o seu desenvolvimento pessoal, social, profissional e a valorização da sua identidade cultural, para que ele seja artífice de um desenvolvimento sustentado e integrado de São Tomé e Príncipe.

Os projectos irão impulsionar o provimento de infra-estruturas escolares de qualidade e suficientes, através do alargamento da oferta educativa e melhoria do ambiente escolar, para garantir uma educação e formação para todos.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O Governo e o Orçamento Geral do Estado para o corrente ano, faz também uma aposta decisiva na saúde dos são-tomenses. São dedicados aos sectores da Saúde e Assuntos Sociais 10,51% do Orçamento, sendo que o montante representa um crescimento na ordem do 16% em relação ao ano anterior. O subsector da Saúde cresceu assim de 11% e o subsector dos Assuntos Sociais cresceu de 41%.

Esta dotação será inegavelmente uma importante ferramenta nas mãos do Governo para auxiliar aqueles que mais necessitam na sociedade, contando, entre eles, as pessoas portadoras de deficiências, os idosos, os portadores do vírus HIV, mães carenciadas, entre outros. Com este Orçamento, o Governo pretende desenvolver um programa de reabilitação e melhoria das infra-estruturas sanitárias de modo a que estas possam melhor acolher os pacientes e melhorar as condições de trabalho dos profissionais da Saúde.

O Governo fará igualmente uma aposta na aquisição de equipamentos com vista melhorar diagnóstico clínico e conseqüentemente assegurar melhores condições de tratamento. O objectivo do Governo é, globalmente, melhorar o sistema de saúde de modo a reduzir paulatinamente as Juntas de Saúde e garantir uma melhor qualidade de vida e bem-estar para todos.

Sr. Presidente, Excelências, no sector da Justiça, o Governo prosseguirá com as reformas. Para tanto, inscreveu verbas para garantir melhores condições de trabalho aos agentes da PIC e dos Serviços Prisionais, e teve ainda em conta a independência dos Tribunais, enquanto órgãos de soberania e projectou, de acordo os objectivos que essas instituições perseguem, verbas que permitirão continuar a reforma do sistema judiciário.

Se tivermos em conta, que tanto os Tribunais como o Ministério Público, enquanto instituições fundamentais do Estado, que concorrem para o combate a corrupção e a boa governação, as verbas projectadas para o presente exercício económico, vão na esteira dos anos anteriores. Tendo em conta que as reformas a serem feitas passam, acima de tudo, pela capacitação dos funcionários, agentes e magistrados de modo a ter um sistema seguro, eficaz e próximo dos cidadãos.

No presente Orçamento optou-se pelas acções que permitirão a expansão dos serviços judiciais, a instrução e a formação humana, a garantia de condição de trabalho para aqueles que no seu dia-a-dia lidam com a situação de riscos, a continuidade do processo de informatização dos serviços do Registo de Identificação Civil e do registo permanente das crianças nas maternidades, com vista a eliminar o elevado número de crianças não registadas no País.

Para alcançar a boa governação, que tem como um dos vectores o combate a corrupção, não basta adoptar de meios, pois a história tem demonstrado que ao longo dos tempos, tem-se posto alguns meios à disposição de algumas instituições, que podemos dizer, não atingiram os objectivos desejados. Assim sendo, e acima de tudo, além de garantir os meios e as condições mínimas de trabalho, o Governo projecta a formação e a capacitação dos homens e das mulheres que servem o sector da Justiça, para que, de uma vez por todas, possamos estar descansados de que os nossos direitos serão garantidos de forma isenta, célere e com eficácia, para que as instituições de Estado possam exigir do cidadão são-tomense as suas obrigações para com a República.

Dada a transversalidade da problemática da juventude, muitas das respostas às suas preocupações actuais, mormente com a bolsa de estudo, a formação, o emprego, a habitação, a saúde, etc., encontram o devido enquadramento nos sectores respectivos.

No que respeita afectação de recursos a diversas áreas geográficas, podemos constatar que para a Região Autónoma do Príncipe, está programado do total do OGE 6,52% e 8% directamente do Programa do Investimento Público, o que representa um acréscimo de cerca de 80% em termos de recursos em relação ao ano anterior. Convém ressaltar, neste caso específico, que outros projectos de carácter nacional, como por exemplo, o abastecimento de água, saúde para todos, luta contra o paludismo, Escola +, Pass, Fast Track, não estão contabilizados neste 8% do PIB vindo assim em acréscimo as afectações atrás referidas.

A decisão do Governo central de concentrar a partir de agora a política nacional de pesca na Região Autónoma do Príncipe é uma opção estratégica que irá permitir um aumento paulatino da capacidade de absorver recursos e aumento da capacidade produtiva e a rentabilidade das infra-estruturas locais.

A vontade de maior transparência de recursos no quadro de descentralização a favor dos distritos e da Região Autónoma do Príncipe, prende-se com a necessidade prévia de reforço das capacidades de gestão e das infra-estruturas, com vista ao aumento da capacidade da absorção geral de recursos pelo país. Contudo, aos distritos mais pobres do País, isto é, Caué e Lembá, serão afectados recursos que passam, respectivamente, de 1,46% para 6,42% e de 1,23% para 6,10% do OGE em 2011.

Minhas Senhoras, Meus Senhores, São Tomé e Príncipe, pela sua localização geoestratégica, deverá, em matéria de defesa e segurança, ter uma abordagem específica para lidar com os novos riscos e ameaças. O Governo propõe a elaboração da lei de programação militar plurianual, que será a matriz de um sistema de defesa e segurança moderna e mais adequada às nossas realidades. Para este ano prevemos afectar 4,77% do OGE para o sector.

No quadro da Política Externa, a redução das despesas correntes não afectará a capacidade de mobilização dos recursos devido a reorganização e optimização da rede de cobertura diplomática.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo apresenta aqui uma proposta de Orçamento Geral do Estado inequívoca e definitivamente virada para o futuro. O Orçamento Geral do Estado para o ano de 2011, fornece respostas aos problemas conjunturais do dia-a-dia, com os que nos confrontamos e ao mesmo tempo que toma em perfeita consideração os objectivos de transformação estrutural do País, que se inscrevem a médio e longo prazo. Ele não se esgota com a sua aprovação nem convirá que seja desvirtuado na especialidade. Esta proposta deve, sobretudo, ser executado e cumprida, ao longo do ano de 2011 por são-tomenses responsáveis, determinados, mobilizados e corajosos.

Crescimento é o nosso objectivo, mas crescimento com competitividade, qualidade e sustentabilidade, que nos permite criar novos postos de trabalho, riqueza, eliminar a pobreza e fazer São Tomé e Príncipe um País produtivo, moderno e respeitado. Estamos convencidos que este é o Orçamento que neste momento melhor serve os interesses de São Tomé e Príncipe. Por essa razão, pedimos às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que o aprovem. A Nação espera de nós.

Viva São Tomé e Príncipe. Obrigado pela vossa paciência.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, muito obrigado pela apresentação das propostas.

Como disse anteriormente, se o Plenário permitir, seguiríamos com a apresentação do relatório da Comissão competente. Se assim o entendem, passo a palavra ao Sr. Deputado Alcino Pinto, na qualidade de Presidente da 2.^a Comissão Especializada Permanente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Excelências, Caras e Caros Colegas Deputados. Vou fazer a leitura do parecer da 2.^a Comissão em substituição do meu colega Sr. Deputado Alexandre que está com dificuldade de voz.

Antes de mais Sr. Presidente, gostaria de informar, enquanto Presidente da 2.^a Comissão, que este relatório que vamos apresentar, foi feito na base de um relativo aturado trabalho, mas pessoalmente e os meus colegas estamos convencidos que ele poderia ser melhor se nós estivéssemos na posse de mais informações. O relatório foi feito com alguma escassez de informações. Nós estivemos na posse de alguns

documentos solicitados ao Governo, mas outros não chegaram em tempo oportuno. Daí que, esperamos para os próximos Orçamentos, poder melhorar a nossa acção, quer no que concerne ao funcionamento da nossa Comissão quer no relacionamento da nossa Assembleia com o Governo, no que concerne a informações disponíveis.

«Parecer sobre as propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2011

Nos termos do disposto na alínea b) do artigo 111.º, conjugado com as alíneas g) e h) do artigo 97.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Governo apresentou à Assembleia Nacional, para efeitos de apreciação e aprovação, as propostas de Leis das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE), ambos para o ano económico de 2011.

As referidas propostas de Leis foram admitidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, tendo sido, nos termos regimentais, remetidas à 2.ª Comissão (Comissão para Assuntos Económicos e Financeiros) para apreciação e devido parecer.

No sentido da apreciação na generalidade, a 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional nas suas reuniões procedeu à análise das propostas suprarreferidas e dos respectivos articulados bem como dos mapas anexos. Esta Comissão reuniu também com Sua Excelência o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional e serviu-se ainda dos pareceres emitidos pelas 1.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, tendo constatado o seguinte:

I- Enquadramento macroeconómico das propostas de leis

Contexto Internacional:

1. Em 2009 a economia mundial enfrentou uma recessão profunda, resultante da grave crise financeira que afectou a maior parte dos países desenvolvidos, obrigando os respectivos Governos e Bancos Centrais a adoptarem medidas anti-crise de natureza orçamental, financeira e monetária, com efeitos negativos sobre o saldo das contas públicas.

2. A crise orçamental em alguns países e perturbações nos mercados da dívida desencadearam uma enorme tensão nos mercados financeiros internacionais e contagiou outros países que se encontravam em situação de vulnerabilidade em matéria de finanças públicas.

3. Os riscos relacionados com os mercados de dívida soberana têm-se mantido muito elevados em países parceiros, reflectindo-se numa descida do seu *rating*, com impacto negativo na sustentabilidade das suas finanças públicas, o que implicou a adopção de medidas restritivas e de contenção orçamental.

Contexto Nacional:

4. Esta evolução negativa da economia mundial também afectou os principais países doadores e parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, conduzindo a uma situação de quebra de confiança dos agentes económicos, adiamento das decisões de investimento por parte dos investidores e dificuldades na concretização dos financiamentos para o OGE dos anos anteriores.

5. De acordo com os dados estatísticos disponíveis, a evolução da economia nacional em 2009 e 2010 ficou condicionada pelo enquadramento internacional acima descrito. O País registou nos anos de 2009 e 2010 uma quebra real do ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto de 6% para 4% em 2009 e uma estimativa de 4,5% em 2010.

6. No que diz respeito a inflação, assinala-se uma evolução positiva tendo situado em torno de 10% para 2010, contra 16,2% em 2009. Esta evolução teve um importante contributo da estabilidade cambial conseguida através do novo regime da taxa de câmbio (baseado em âncora cambial) entrado em vigor em Janeiro de 2010, sustentado pelo Acordo de Cooperação Económica, com a fixação da taxa de câmbio entre a dobra e o euro (24, 500 STD/EUR).

7. No que diz respeito às finanças públicas, pese embora, a evolução positiva na arrecadação de receitas fiscais, o desempenho orçamental global acabaria, no entanto, por ficar condicionado pela fraca taxa de entrada de ajuda externa face à taxa prevista. A falta de informação detalhada não permite a esta Comissão especificar com rigor os financiadores e doadores anunciados e inscritos no OGE 2010, que não foram concretizados. Nesse sentido, sugerimos que o Governo, na sua explanação, faça uma abordagem mais detalhada sobre esta matéria.

Pressupostos macroeconómicos para 2011

8. A economia são-tomense vive, de facto, de uma forte dependência do exterior, particularmente no que toca ao financiamento do OGE. Nesse sentido, os pressupostos para o ano económico de 2011 estão relacionados com a incerteza relativamente à perspectiva da continuação da retoma económica mundial e o esforço de consolidação orçamental.

9. Nesse contexto, o cenário perspectivado pelo Governo para o ano orçamental de 2011, assume como hipóteses de evolução macroeconómica os seguintes pressupostos:

1- Uma taxa de crescimento económico que deverá situar-se nos 4,5%, um valor idêntico à estimativa de crescimento económico para o ano 2010 (4,5%);

2- Uma taxa de inflação acumulada deverá situar-se entre 9 a 10%, face a uma estimativa de 10% até o final de 2010; e

3- Um valor de défice orçamental primário na ordem de 3,9% do PIB, contra os 5,6% para 2010.

Permitam-me Excelências, fazer aqui uma nota anteriormente feita quando me referia a contradição de informações.

Nós, tivemos o cuidado e fizemos referência a isso, recebemos do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional e, devo sublinhar isso, foi uma reunião bastante proveitosa e positiva, mas tivemos dificuldades em algumas informações que nos foram dadas por Sr. Ministro verbalmente, daí que fizemos a opção para meter no nosso relatório as informações constantes nos documentos das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Plano e não em algumas informações eventualmente mais actualizadas que foram-nos dadas pelo Sr. Ministro das Finanças.

II – Grandes Opções do Plano

10. Trata-se das Opções do Governo e estão relacionadas com o Programa apresentado e aprovado pela Assembleia Nacional, cujo objectivo estratégico, são os seguintes:

- i. Credibilizar a classe dirigente para uma boa governação;
- ii. Crescimento económico para mais e melhor emprego;
- iii. Organização e coesão nacional;
- iv. Reforçar a autoridade do Estado.

III - Principais constatações feitas pelas Comissões Especializadas em relação à proposta de lei sobre as Grandes Opções do Plano.

Diz o Regimento da Assembleia que o relatório da 2.ª Comissão deve ter como base o relatório das outras Comissões Permanentes da Assembleia.

E vamos aqui apresentar, em síntese, algumas preocupações manifestadas por essas Comissões.

11. A 3ª Comissão constatou:

a) Que as Grandes Opções do Plano não apresentam diferenças significativas, em termos da política do Governo, se compararmos com as do Governo anterior.

b) Que a preocupação do Governo nas GOP continua a ser orientada para o sector da Saúde, com destaque para a melhoria das infra-estruturas sanitárias bem como o combate às doenças transmissíveis, como o Sida, o Paludismo a Tuberculose, e o alargamento do programa de vacinação, com particular ênfase na camada infante-juvenil.

c) Que no sector da Educação as políticas estão dirigidas para a melhoria da gestão e organização escolar, por um lado, garantir a educação, formação e conhecimento para todos, por outro.

12. Pelo conteúdo das GOP e o seu relacionamento com o OGE, a 4.ª Comissão interroga se o período temporal não deveria ser de 4 anos para estar em consonância com o Programa do Governo aprovado pela Assembleia Nacional, em vez de um ano, ao mesmo tempo que questiona também a falta de compatibilização existente entre o OGE e as GOP.

13. A 5ª Comissão também constatou:

a) Que existe um considerável desfasamento entre o anunciado nas GOP e o respectivo enquadramento orçamental como abaixo se ilustra:

a.1)- As GOP projectam em dotar os Tribunais, como há muito se esperava, de um edifício adequado as suas actividades de modo a responder com eficiência as solicitações do público e conferir, igualmente, uma maior dignificação da classe, mas lamentavelmente, não existe no OGE a dotação para o efeito;

a.2)- É projectado nas GOP, para a melhoria de condições de funcionamento da Polícia de Investigação Criminal (PIC), a instalação da delegação regional, bem como as brigadas para os distritos mais longínquos, mas já não existe o respectivo enquadramento orçamental.

14. A 5.ª Comissão também constatou:

a) Que há questões de importância omitidas nas GOP, cuja a pertinência a seguir se discrimina:

a.1)- As pessoas com deficiência constituem um número considerável da população são-tomense, mas essa questão nem sequer está contemplada no Programa do Governo e muito menos agendada nas GOP e consequentemente no OGE. Assim sendo, constata-se ausência de uma política de reabilitação e inserção dessa franja, assim como a institucionalização de ensino especial para crianças com necessidades específicas;

a.2)- A necessidade de dar continuidade ao processo de registo de crianças, em conformidade com a criação da comissão nacional para o efeito, igualmente não consta nas GOP e como tal, também não existe qualquer referência orçamental.

IV - Orçamento Geral do Estado

15. O OGE 2011 apresenta uma estimativa de receitas totais na ordem de Dbs: 3.106.830.365.030,00 (Três Biliões, Cento e Seis Mil Milhões, Oitocentos e Trinta Milhões, Trezentos e Sessenta e Cinco Mil e Trinta Dobras) contra os Dbs: 2.517.200.000.000,00 (Dois Biliões, Quinhentos e Dezassete Mil Milhões e Duzentos Milhões de Dobras) previsto no ano transacto, o que em termos globais representa um aumento de Dbs: 589.630.365.030,00 (Quinhentos e Oitenta e Nove Mil Milhões, Seiscentos e Trinta Milhões, Trezentos e Sessenta e Cinco Mil e Trinta Dobras) traduzindo-se em termos percentuais num acréscimo na ordem de 23,42%.

16. De salientar, que do total das receitas programadas para o ano 2010, as estimativas apresentadas apontam para um nível de execução na ordem de 41% até Setembro de 2010 e prevê-se arrecadar até ao

final do ano em curso, ou seja, até 31 de Dezembro, cerca de 1.230.245.000.000,00 (Um Bilião, Duzentos e Trinta Mil Milhões, Duzentos e Quarenta e Cinco Milhões de Dobras), isto é, 49% do programado para o ano.

17. Relativamente às receitas correntes 2010, o Governo previa um montante total estimado em Dbs: 712.133.445.125,00 (Setecentos e Doze Mil Milhões, Cento e Trinta e Três Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Mil e Cento e Vinte e Cinco Dobras) do qual foi realizado cerca de 68% até Setembro de 2010. De acordo com a Tabela de Operações Financeiras do Estado, anexo ao OGE, espera-se uma arrecadação na ordem dos 90% das receitas correntes programadas até Dezembro de 2010. Refiro que prevíamos discutir esse documento não nesta data, mas no ano passado.

18. Para 2011, o Governo prevê um nível de receitas correntes na ordem de Dbs: 725.848.639.763,00 (Setecentos e Vinte e Cinco Mil Milhões, Oitocentos e Quarenta e Oito Milhões, Seiscentos e Trinta e Nove Mil e Setecentos e Sessenta e Três Dobras) representando um crescimento na ordem de 2% relativamente a previsão de 2010 e 13% em relação a execução estimada até finais de 2010.

19. O Orçamento as despesas totais (excluindo as amortizações) ascendeu um montante de Dbs 3.106.830.365.030,00 (Três Bilhões, Cento e Seis Mil Milhões e Oitocentos e Trinta Milhões, Trezentos e Sessenta e Cinco Mil e Trinta Dobras) contra uma previsão de 2010 na ordem de Dbs 2.428.974.000.000,00 (Dois Bilhões, Quatrocentos e Vinte e Oito Mil Milhões e Novecentos e Setenta e Quatro Milhões de Dobras). Deste montante conseguiu-se um nível de execução até Setembro que ronda 43% e espera-se que até em 31 de Dezembro se consiga atingir uma taxa de execução na ordem de 58%.

20. No que toca ao Programa de Investimento Público (PIP) para 2010, o Governo previa o financiamento do Programa de Investimento Público num montante total de Dbs. 1.660.020.212.357,00 (Um Bilhão, Seiscentos e Sessenta Mil Milhões, Vinte Milhões, Duzentos e Doze Mil, Trezentos e Cinquenta e Sete Dobras) dos quais 91,19% é financiado com recursos externos e 8,81% financiado com recursos internos.

21. O PIP para 2010 apresentou uma taxa de execução até Setembro na ordem 31%, e uma estimativa de execução na ordem dos 40% até Dezembro de 2010, representando, deste modo, uma reduzida taxa de execução.

22. Para 2011, o Governo prevê para o Programa de Investimento Público, no valor de Dbs. 2.254.270.661.190,00 (Dois Bilhões, Duzentos e Cinquenta e Quatro Mil Milhões, Duzentos e Setenta Milhões, Seiscentos e Sessenta e Uma Mil, Cento e Noventa Dobras), dos quais 93% terá como Fonte de Financiamento recursos externos (empréstimos e donativos) e apenas 7% será financiado por recursos internos;

23. As despesas correntes para 2011 são estimadas em Dbs. 772.333.600.001,00 (Setecentos e Setenta e Dois Mil Milhões, Trezentos e Trinta e Três Milhões, Seiscentas Mil e Uma Dobras) contra uma previsão do ano anterior no valor de Dbs. 768.954.000.282,00 (Setecentos e Sessenta e Oito Mil Milhões, Novecentos e Cinquenta e Quatro Milhões, Duzentos e Oitenta e Duas Dobras) o que representa um aumento de apenas 0,4%.

24. Na análise da actual situação económica e pressupostos para a evolução no ano 2011, não há nenhuma referência à situação actual do nível de desemprego e eventual projecção para o ano 2011.

25. Não obstante o perdão da dívida, a 2.ª Comissão constata que o nível de endividamento público (tanto externo como interno), continua a ser preocupante.

26. Em matéria de inflação, o Governo prevê para 2011, uma inflação acumulada na ordem de 9%-10% (GOP pág. 3), valor similar ao de inflação acumulada para Dezembro de 2010, estimada em 10% (OGE pág. 14). Ora, tendo em conta as perspectivas de redução continuada da inflação no quadro do regime de âncora cambial em vigor, pensamos que para 2011, o valor de inflação prevista deveria ser inferior.

V - ASPECTOS MAIS RELEVANTES DOS PARECERES EMITIDOS PELAS DIFERENTES COMISSÕES ESPECIALIZADAS EM RELAÇÃO À PROPOSTA DE LEI SOBRE O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

27. A 1ª Comissão, constatou que as propostas de Leis do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções de Plano para o ano económico 2011 foram entregues no dia 17 de Novembro, fora do prazo estabelecido na Lei n.º 12/2009 Alteração do artigo 24.º da Lei n.º 03/2007 - Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado;

28. Considera ainda que o Governo ao fazer a entrega do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, sem que os partidos políticos de oposição com assento parlamentar fossem consultados previamente, violou a alínea c) do artigo 8.º da Lei n.º 8/2001 - Estatuto do Direito de Oposição.

29. A 1ª Comissão achou pertinente e urgente a adaptação do Regimento da Assembleia Nacional, particularmente o n.º 2 do artigo 205.º, à Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado, sobre o prazo da entrega das Propostas de Leis do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano.

VI - RECOMENDAÇÃO

30. Tendo em conta as preocupações manifestadas pelas comissões Especializadas Permanentes sobre a necessidade de uma maior articulação entre as GOP e o OGE, bem como a questão do âmbito temporal das GOP, sem perder de vista a necessidade de análise e discussão dos dois diplomas, a 2.^a Comissão recomenda uma reflexão numa data, *a posteriori*, sobre a pertinência da elaboração das GOP como instrumento de operacionalização do OGE.

31. Relativamente ao endividamento público esta Comissão chama atenção para a importância da manutenção de um quadro permanente de sustentabilidade da dívida pública, uma vez que, apesar do perdão da dívida conseguida no âmbito das iniciativas HIPIC e MDRI, o País continua apresentar vulnerabilidades no que concerne a sustentabilidade da dívida pública, pelo que, recomenda a 2.^a Comissão da Assembleia Nacional a adopção de normas legais que conduzam a um controlo do risco no que concerne a sustentabilidade da dívida soberana.

32. Considerando ainda o enquadramento e análise dos princípios estruturantes, as propostas de Leis que aprovam as GOP e o OGE para 2011, encontram-se nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis. Face ao exposto a 2.^a Comissão recomenda que seja submetido ao Plenário as presentes propostas de lei sobre as Grandes Opções de Plano e o Orçamento Geral de Estado para efeitos de discussão e votação na generalidade de acordo com o artigo 210.^o do Regimento da Assembleia Nacional.

Eis, Excelências, o teor do parecer desta Comissão.

A Comissão Especializada Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros, aos 27 de Dezembro de 2010.

O Presidente, Alcino Pinto

O Relator, Alexandre Guadalupe.»

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, acabámos de ouvir o relatório da 2.^a Comissão, a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros. Penso que temos em mãos material para apreciar, como vem distribuído no Boletim, há um tempo.

Para esta reunião de hoje onde o Governo tinha um tempo de 55 minutos e depois da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, ainda restam 22 minutos e meio, a bancada do ADI tem 55 minutos, o MLSTP/PSD, 47 minutos, PCD, 19 e MDFM/PL tem 4 minutos.

Portanto, é uma sessão que previmos para 180 minutos hoje, com continuação amanhã para 300 minutos e que pode ainda continuar depois de amanhã para igualmente 300 minutos. Foi uma média do tempo que estabelecemos, tendo em conta a regra regimental, que prevê para o debate na generalidade destas duas propostas, o mínimo de dois dias e o máximo de cinco dias.

Com as introduções já feitas pelo Governo e com o relatório da 2.^a Comissão, estamos na posse de informações para iniciarmos as discussões sobre as duas propostas.

Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tendo em conta o tempo previsto, se a Plenária assim o entender depois de ouvir a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e relatório da 2.^a Comissão, podemos já prosseguir os trabalhos ou reservar para amanhã. Os Srs. Deputados iriam meditar, ler o relatório, ...a Plenária é soberana.

Já há dois pedidos de intervenção. Nós fixámos o tempo, tendo em conta que cada reunião plenária, na prática, costuma decorrer em cinco horas e hoje já tivemos uma parte em que trabalhámos à volta do Orçamento interno. Já estamos a 13 horas.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado, líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo: Gostaria, antes de mais, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, desejar a todos um bom ano e que o 2011 seja um ano à medida dos sonhos de cada um e de nós todos, em geral.

Excelências, a criação de um clima de diálogo que leve à pacificação da Nação, onde os direitos, liberdades e seguranças dos cidadãos sejam respeitados e a Comunicação Social Estatal esteja ao serviço da democracia, promovendo um debate plural, sério e responsável, eleição da competência e da transparência do processo decisório, como critério fundamental, devem ser o apanágio da nova conduta que esperamos para 2011.

Caso esses critérios sejam respeitados, o MLSTP/PSD declara, solenemente, a sua disponibilidade para, no quadro parlamentar, dar todo o apoio necessário a encontrar um conjunto de soluções para questões que sejam objecto de um consenso alargado. Somos por um diálogo construtivo para o bem dos são-tomenses.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Este Orçamento de 2011 vai manter o nosso país numa situação de elevada precariedade. O Governo prometeu mudanças profundas na vida dos são-tomenses e era nossa expectativa que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento que lhe devia dar sustentação apontassem caminhos e pistas, não para resolver os problemas, mas, pelo menos, nos dessem uma indicação sobre o rumo que o Governo pretende seguir nos próximos anos.

Não há políticas novas, não nos apercebemos de opções novas. O que resta, e isso é a única coisa positiva, que conseguimos descortinar, é a continuação de políticas e programas lançados por governos

anteriores. Em vez de mudanças de fundo que o nosso país reclamava, temos continuidade, algumas vezes, sem um claro entendimento dos objectivos que estavam lançados. Num contexto de crise mundial, com reflexos negativos que todos sabemos, com o custo de vida a aumentar consideravelmente, agravando a miséria de milhares de cidadãos são-tomenses, o Governo não quis ousar numa aposta clara pela recuperação da base produtiva do País nem em estratégias que permitam ao País aproveitar as suas potencialidades para se posicionar no contexto mundial e da sub-região, com uma oferta diferenciada de produtos e serviços numa base competitiva. As viagens que se multiplicaram obedecem apenas a uma lógica de engrandecimento pessoal e tentativas para recuperar erros de avaliação pessoal sobre a importância crucial que assumem algumas parcerias históricas, como aquelas que existem com Angola e Portugal.

Salvo raríssimas excepções, as viagens traduziram-se na confirmação de compromissos antigos, que aguardavam apenas uma situação de maior estabilidade governativa perturbada pelo período eleitoral para se concretizarem. Sobre a criação de emprego, sobretudo para os jovens, não vemos projectos concretos. Nada como o projecto de recuperação da EMOLVE que continua a criar empregos ou como a recuperação de estradas, como acontece na zona sul do País.

A nível geral, assistimos a um experimentalismo sem estratégia, a uma preocupação doentia para mudar pessoas com provas dadas e longos anos de trabalho e competência, dedicados aos diversos sectores da vida nacional. Apesar de ter recebido uma situação energética, como nunca existiu nos últimos anos, o Governo não aparenta vontade para implementar recomendações, visando a melhoria da sustentabilidade do sector. As medidas avulsas seguem-se umas às outras, com um toque totalitário. Prova mais cabal dessa atitude é a manipulação dos órgãos da Comunicação Social públicos e privados com os verdadeiros comissários políticos a decidirem o que deve ser publicado ou transmitido e como. Esta tentação totalitária precisa terminar, sob pena de colocar em risco o nosso regime democrático. O Governo gasta recursos públicos e toma medidas sem ter em conta o Orçamento Geral do Estado, as leis que regulam o funcionalismo público, a contratação de serviços e bens, perante o olhar cúmplice das instituições com responsabilidades na matéria até há muito pouco tempo, bastante vigilantes e activos. Também há caso de o Governo ter simplesmente ignorado uma decisão do Tribunal de Contas.

Excelências, não queremos aqui e agora, no quadro do debate na generalidade, emitir parecer específico sobre o valor global, a distribuição sectorial das despesas ou sobre as políticas sectoriais subjacentes. O que seria importante discutir é o que não está presente nos dois documentos em questão.

Para nós, este orçamento não faz opções. Não apresenta um rumo, não dá pistas para tirar o País da situação em que se encontra.

Colocado de outra maneira, este é um orçamento de continuidade, que poderia ser louvável em circunstâncias normais, mas não é aceitável para a situação presente, sobretudo, vindo de um partido e de um Governo que prometeu tantas mudanças.

Os que votaram em mudança queriam mais oportunidades de emprego para todos, mais crescimento económico, perspectivas de um futuro melhor. O que é muito grave é que os dois documentos revelam um conhecimento deficiente do País Real, traduzido em respostas tímidas e incoerentes, baseando num contínuo endividamento público desenquadrado de um projecto de desenvolvimento sustentável.

Apesar desses comentários, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD vai viabilizar este Orçamento, esperando, em sede de discussão na especialidade, ter a oportunidade de melhorar alguns aspectos bastante nocivos e atentatórios a uma gestão pública transparente e rigorosa, como exigem os tempos actuais.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Para dar uma maior coerência à lei do Orçamento Geral do Estado e mesmo corrigir o erro que vem de alguns anos, onde nem sempre é possível entender, quando se fala de despesa corrente ou de capital, onde o artigo sobre as receitas está entre o da despesa e para que a lei obedeça à lógica internacional e do TOF, vamos apresentar uma proposta de reorganização.

A proposta do OGE, que está em análise, propõe um aumento de despesas salariais em cerca de 9,7%. Muito aquém do permitido pelo Sr. Primeiro-Ministro no Programa Eleitoral. A disciplina orçamental é fundamental para mantermos o equilíbrio macroeconómico que conseguimos nos últimos tempos. A execução de despesas extraorçamentais, para além de ser violação flagrante da lei, envenenará esse fruto de trabalho de anos dos governos anteriores a este.

Gostaria que nos explicasse como financiou os retiros que o seu Governo fez no Ilhéu das Rolas. Não acha que esta acção contradiz com a necessidade de contenção de despesas públicas? Ou melhor, as medidas de contenção que tomou em relação a redução de gastos telefónicos das Direcções não se anulam com as despesas do retiro? Qual é o peso de cada uma dessas acções no OGE? Não é o caso para se dizer que o cinto está apertando para uns e alargando para outros?

No âmbito de contenção das despesas, o Governo anterior decidiu reduzir 10% das despesas correntes, excluindo despesas salariais, água e energia. O seu Governo deixou de cumprir essa medida?

Se sim, porquê, Sr. Primeiro-Ministro?

Se não, como se justifica a previsão de subcumprimento desta rubrica orçamental? Na sequência das medidas de contenção que o anterior governo tomou os cortes deviam ser feitos também nas viagens. Na sequência disto, o governo anterior decidiu proibir viagens pagas com os recursos do Estado de Membros

de Governo e de mais servidores do Estado na classe executiva, fazendo excepção somente aos Chefes dos órgãos de soberania. mas temos assistido a um entrar e sair constante seu e a sua família, Sr. Primeiro-Ministro.

Às vezes, mais de uma vez por semana e de aviões privados. Não o vimos a andar em aviões de carreira. Gostaríamos de saber como são financiadas essas viagens. São pagas com recursos públicos?

Se sim, como, o OGE? Se não, quem financia e a troco de quê?

No seu Orçamento temos créditos bilaterais novos: Líbia e Guiné Equatorial. Gostaríamos de conhecer as condições de concessionalidade dos mesmos, bastando para tal o parecer favorável do sector competente do Ministério das Finanças. Gostaríamos também de conhecer a legalidade dos mesmos. Quem são os assinantes?

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo e Deputados: O novo ano será dedicado à juventude. Daí que é quase uma referência obrigatória em todos os discursos, sejam eles político, económico ou cultural, sublinhar a importância da juventude. Pretendemos e queremos dar relevância à sua acção e à sua influência, enfim, à sua contribuição necessária no desenho e na construção dos alicerces da futura geração são-tomense. Perante este quadro, que exige a mobilização de todas as forças nacionais, sobretudo de competências, experiências e saber o MLSTP/PSD está pronto e disponível a contribuir com a compreensão suficiente de que a juventude no seu todo, potencialmente, é uma fonte inesgotável de disponibilidade e criatividade, capaz de se transformar numa força de mudanças. Porém, a sua utilização com vista a provocar mudanças progressivas na sociedade exige dos poderes constituídos a criação de condições favoráveis para o seu desenvolvimento pleno.

Sr. Presidente de Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Excelências, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros de Governo e Caras e Caros Colegas Deputados, à todos, as minhas saudações.

Nesta minha primeira intervenção, gostaria de desejar ao Sr. Presidente da Assembleia, ao Sr. Primeiro-Ministro e o seu Elenco Governamental, às Sr.^{as} e Srs. Deputados da Assembleia Nacional, um bom ano. Que seja um ano de paz com muita saúde e prosperidade. Esses votos são extensivos à toda população de São Tomé, em especial, à da Região Autónoma do Príncipe pela qual tenho um carinho especial.

Sr. Primeiro-Ministro, durante o período da campanha, Vossa Excelência visitou quatro vezes a Região Autónoma do Príncipe. Conheceu todos os problemas que por lá se vive e, na base desses problemas, fez muitas promessas. Assinou um compromisso com a população do Príncipe. Um compromisso intitulado, passo a citar: «Compromisso do partido ADI na pessoa do seu Secretário-Geral, Dr. Patrice Trovoada, para com a população da Região Autónoma do Príncipe e do grupo de apoio ao ADI». E porque na apreciação deste Orçamento constatei e, aliás, já tinha constatado aquando da apreciação do Programa do Governo que o Sr. Primeiro-Ministro parece ter-se esquecido desse compromisso. Sendo assim, tomei a liberdade de trazer cópias do mesmo para que cada membro do seu Governo saiba o que é que o Chefe do Governo se comprometeu a dar ao Príncipe e desta forma contribuir para honrar esse compromisso assumido. Portanto, peço ao protocolo que me faça o favor de distribuir essas cópias aos Srs. Membros do Governo.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — É entregue à Mesa.

O **Orador**: — Importa salientar que o artigo 17,^o relativo à entrada em vigor diz o seguinte:

«O presente compromisso de honra entra em vigor na data da tomada de posse do Dr. Patrice Trovoada ao cargo do Primeiro-Ministro e dos Deputados eleitos da próxima Legislatura, que é esta, e mantém-se válido pelo período de uma Legislatura após a sua assinatura por ambas as partes.» Como prova de não cumprimento, podemos verificar na página 7, onde diz o seguinte:

«O Governo do Dr. Patrice Trovoada compromete-se a mobilizar e a afectar a Região do Príncipe com um valor não inferior a 10%, repito, não inferior a 10% dos recursos financeiros, materiais, donativos e ajudas que são postas à disposição da República pelos nossos parceiros de desenvolvimento.»

Sr. Primeiro-Ministro, não se compreende como é que na transferência de capital para a Região Autónoma do Príncipe, com fonte de financiamento proveniente da China-Taiwan, o seu Governo deu apenas 5% à Região Autónoma de Príncipe. Neste capítulo, eu gostaria de contar com apoio de dois Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, ...

Uma Voz: — *Dois ou um?*

...eleitos no círculo eleitoral do Príncipe, que subscreveram esse compromisso, de modo a nos ajudar na fiscalização da sua implementação.

Sr. Primeiro-Ministro, ao analisar este Orçamento constatei que o Orçamento atribuído ao Príncipe, embora aumentado ligeiramente em termos nominais baixou consideravelmente em termos reais, quando comparado ao orçamento do ano transacto. Esta situação é ainda mais grave quando tomei conhecimento, através do próprio Presidente do Governo Regional de que já tinha sido acordado com o Governo Central que seria atribuído ao Príncipe um montante de aproximadamente 229 mil milhões de dobras, quando, para o espanto do Governo Regional e sem qualquer justificação, o seu Governo efectuou cortes, diminuindo a um montante inferior a 200 mil milhões de dobras, pondo em causa a execução de várias acções no Príncipe. Sendo assim, Sr. Primeiro-Ministro, depois de tudo o que ouvi o senhor dizer no período da campanha e faço-o lembrar-se do seu discurso, feito em voz alta e em bom som, onde o senhor dizia o seguinte: — «Se eu for o Primeiro-Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe darei todo o meu apoio ao Governo regional para que o Príncipe desenvolva». No entanto, o senhor já é Primeiro-Ministro e a primeira coisa que fez foi cortar o Orçamento do Governo Regional.

Sr. Primeiro-Ministro, sei que neste momento a população do Príncipe está atenta para ouvir a sua explicação. Faça-o, por favor, Sr. Primeiro-Ministro, e muito obrigado pela sua atenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, Líder Parlamentar do PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, sendo a primeira intervenção nesta Casa Parlamentar em 2011, gostaria de cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e a todos os outros Membros do Governo, aos Srs. Deputados, à população, em geral, e desejar que o ano 2011 seja melhor que todos os outros anteriores.

Sr. Presidente, não vou fazer uma declaração política, reservando esse direito, tal como prevê o Regimento desta Casa Parlamentar no n.º 2 do artigo 209.º, «No fim ou antes do encerramento dessa discussão na generalidade, cada grupo parlamentar poderá, querendo, produzir uma declaração política.» Estando no início, vou reservar para dias que advêm.

Sr. Primeiro-Ministro, aquando da discussão do Programa do seu Governo, o nosso Grupo Parlamentar havia-lhe alertado sobre a forma como o documento foi apresentado e que teriam muitas dificuldades na elaboração das Grandes Opções do Plano. Até lembro-me de ter-lhe dito que queria aconselhá-lo para retirar o documento, mas foi tarde demais. Isto para dizer-lhe que, em geral, o documento carece de coerência nas principais linhas de actuação do Governo, estou a referir-me às Grandes Opções do Plano. Embora haja uma clara demarcação das três principais linhas de orientação de política, o Governo apenas encaixa ministérios e não concretamente os sectores que concorrem para o alcance desses objectivos.

A título de exemplo, na página 34, III.2.2. o sector da Inspecção das actividades económicas tem como objectivo: «Velar pelo cumprimento dos preceitos legais, no âmbito da defesa da economia nacional e da saúde pública.»

Ora, as acções que estão previstas neste quadro, para este sector concorrem mais para a boa governação, credibilidade e luta contra a corrupção ou até mesmo para reforçar a autoridade do Estado do que para crescimento económico, para mais e melhor emprego. Apenas um exemplo, mas há muitos mais.

O documento que temos perante nós é mais um mero diagnóstico dos problemas do que concretamente uma proposta de solução com metas ou objectivos devidamente quantificados, que permitam o seguimento e a avaliação. Efectivamente, é necessário que o Governo diga ao País o que pretende alcançar em 2011 no domínio da educação, saúde, turismo, etc. Só assim e devidamente quantificado é possível avaliar o esforço orçamental que o Governo propõe no Orçamento do Estado para 2011 e só assim será possível avaliar o desempenho da acção governativa, por um lado e, por outro lado, estamos perante um documento que não sabemos o que vamos aprovar. Por norma, os Deputados aprovam propostas de lei das Grandes Opções do Plano e o documento que nos foi apresentado não traz propostas de lei.

Relativamente ao Orçamento Geral do Estado, a Lei do Orçamento apresenta algumas incoerências relativamente ao valor e classificação das receitas.

A Lei do Orçamento no artigo 2.º, ponto 1, diz que o valor total das receitas previstas para 2011 é estimado em Dbs: 3.106.830.365.030,00 (Três Bilhões, Cento e Seis Mil Milhões e Oitocentos e Trinta Milhões, Trezentos e Sessenta e Cinco Mil e Trinta Dobras), não corresponde às somas das recitas correntes e das receitas de capital na alínea a) e b). Na lei do Orçamento no artigo 2.º alínea b) as receitas de capital são de Dbs: 2.358.104.159.721,00 (Dois Bilhões, Trezentos e Cinquenta e Oito Mil Milhões, Cento e Quatro Milhões, Cento e Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Vinte e Uma Dobras) enquanto na programação detalhada das receitas o valor é de Dbs: 2.380.981.825.267,00 (Dois Bilhões, Trezentos e Oitenta Mil Milhões, Novecentos e Oitenta e Um Milhões, Oitocentos e Vinte e Cinco Mil, Duzentos e Sessenta e Sete Dobras). É questão de fazer as contas.

Na lei do Orçamento artigo 2.º, ponto 5, o Governo considera receitas de privatização, entretanto, no mapa de receitas realizadas até Dezembro de 2010, a previsão para 2010 e projecção para 2011 esta receita classificada com uma alíneação de participações, embora aparentemente a classificação tenha o mesmo significado, não reflecte o mesmo conteúdo, pois, coloca-se o seguinte: O quê que o Governo irá privatizar? Foi-nos aqui anunciada a hipotética privatização da EMAE, mas no documento que nos foi apresentado isso não está assim discriminado. No artigo 2.º ponto 7, o valor «Outros Recursos» é

extremamente elevado e superior a qualquer uma das rubricas das receitas de capital com fonte interna, Assim sendo, este valor merecia uma maior descrição, ou melhor, mais detalhada.

No artigo 7.º, alínea b), já tem sido prática de todos os Governos fazer referência à autorização ao Governo de mobilização de empréstimo externo desde que sejam observadas as condições de concessionalidade compatíveis

com a capacidade de endividamento do País. Ora, a autorização, para além de ser uma matéria de competência da Assembleia, versus, Parlamento, apenas deve ter lugar em cada uma das vezes que essa necessidade de empréstimo se fizer sentir e não antecipadamente como está a ser colocada, até porque a recomendação da 2.ª Comissão tem, passo a citar, na parte final: — «A adopção de normas legais que conduzam a um controlo de risco, no que concerne à sustentabilidade da dívida soberana...», logo, esta medida de normas que a Assembleia deve ter é reservar este direito que tem de dar autorização legislativa ao Governo a cada caso. Não antecipar. Antecipado, nós perderemos o controlo. Não haverá nenhuma norma posteriori que vai impor a lei que foi aprovada pelos mesmos Deputados.

No artigo 15.º, ponto 3 existe um decreto que estabelece como e onde as receitas do Estado devem ser depositadas. Para efeitos de transparência, o despacho do Ministro não deve sobrepôr-se ao decreto. Por outro, na eventualidade de ser necessário esta modalidade de decisão de orientação do depósito da parte do Ministério das Finanças é necessário incluir neste artigo algo para salvaguardar a concorrência das instituições bancárias, pois, como é sabido, qualquer instituição bancária tem como objectivo mobilizar o maior número de clientes e, sendo assim, deve dar-se a oportunidade para cada uma apresentar as suas condições para reter esses depósitos.

A apresentação do orçamento das empresas, em anexo, o OGE 2011 pressupõe uma aprovação tácita destes, quer dizer, quando o Governo assume o orçamento das empresas públicas, instituições autónomas, já está a engajar-se na proposta de orçamento dessas empresas e essas instituições. O Governo, ao apresentar o orçamento das empresas está automaticamente engajado com estes orçamentos. Ora, existem engajamentos de financiamento, sobretudo, de investimentos dessas empresas, pelo Governo, que não estão reflectidos no OGE de 2011. Vou dar apenas um exemplo que está no anexo 3: O Governo se compromete no plano de investimento da ENASA, em financiar a iluminação da pista do Aeroporto, no valor de dois milhões e meio de dólares, mas este valor não está programado no OGE de 2011. O mesmo acontece com a empresa dos Correios, que apresenta no seu plano para 2011 um compromisso do Governo que não está inscrito no OGE. A questão que se coloca é a seguinte: O Governo assume ou não esses compromissos?

Se assume, terá que inscrever no OGE, se não assume tem que mandar as empresas retirar os seus planos de projectos de orçamento.

O Governo anunciou ou ventilou a possibilidade de vender a embarcação «Príncipe», mas não existe no Orçamento que foi apresentado nenhuma programação orçamental para aquisição de nova embarcação. O que pretende o Governo nesse sentido? Se vai vender a embarcação, qual é o montante? E se vai comprar uma nova embarcação, então tem que estar projectada. Também não acontece.

Tal como eu dizia, nós iremos reservar o nosso direito de fazer uma declaração política para o fim, mas estamos no período de generalidade, por isso, levantei algumas questões de carecem apenas de esclarecimentos. Estamos cá para ajudar e não para destruir e nem sequer impor aquilo que é opção de política do Governo. Cada governo tem as suas opções, contrariamente o que acontecia no passado a tentar impor ao Governo as opções da oposição. Não o vamos fazer, mas depois iremos alertar na nossa declaração política.

Falando da organização e coesão nacional, gostaria que isso fosse devidamente sublinhado, a *bold* e sublinhado. Porque aquilo que estamos a ver, ao invés de organizar ou criar o mecanismo de organização e coesão nacional, estamos sim a dividir os são-tomenses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-ministro e Membros do Governo, Srs. Deputados, bom dia.

Venho fazer uma intervenção que me tem preocupado muito esses dias, mesmo ao nível do trabalho na Comissão.

Temos aqui um documento que é as Grandes Opções do Plano de 2011. Quer dizer que o Governo traz um Programa para a Assembleia Nacional, é aprovado, desse Programa ele deve elaborar um plano através do qual ele vai operacionalizar os seus grandes objectivos, anualmente, durante quatro anos, de uma forma clara e quantificada.

Gostaria de chamar atenção do Governo para o seguinte: Este documento foi apresentado extremamente descritivo, extenso. Diz na página 3 no segundo parágrafo o seguinte: «O presente documento das Grandes Opções do Plano constitui um instrumento de operacionalização dos objectivos de política económica e social a serem materializados em 2011».

O que está aqui, o teor deste documento não consegue ser materializado em 2011. O que está aqui é a visão que o Governo tem de como é que vai operacionalizar o seu Programa durante o mandato de quatro

anos. Porque nesta matéria o Governo tem que dizer com clareza, como foi aqui dito pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Em 2011 o que é que vamos fazer? Em 2012 o que é que vamos fazer? Assim sucessivamente.

Queria de chamar a atenção do Governo e também dos Srs. Deputados, que no Regimento da Assembleia Nacional no seu artigo 214.º no ponto 1, diz que o Governo deve apresentar à Assembleia Nacional a Conta Geral do Estado e o relatório de execução do plano. Quer dizer que esse plano é executado, o Governo deve ter a clara noção que tem um percurso de quatro anos e saber o que tem que fazer em cada ano até 2014.

Tal como apresentam isso, o Governo não tem nenhuma forma de fazer o seguimento nem a Assembleia Nacional pode fazer o seguimento e a avaliação. Quer dizer que a questão foi levantada na 4.ª Comissão e mesmo no relatório apresentado pela 2.ª Comissão, pelo Sr. Deputado Alcino Pinto.

O que é que acontece é que sendo o plano um instrumento de operacionalização dos objectivos do Programa do Governo que enquadra as opções e medidas de política por este preconizadas, as grandes opções para 2011 deviam estabelecer metas devidamente quantificadas, capazes de elucidar sobre aquilo que o Governo pretende, efectivamente, implementar em 2011. O Governo em 2011 não vai, e nós todos sabemos com a lógica, que o Governo não vai ser capaz nem de implementar tudo isso em 2011, nem tem o orçamento de suporte para o fazer.

Por isso, meus senhores, esta é uma questão conceptual, uma questão de fundo. Nós, ao nível da 4.ª Comissão pusemos a questão em termos de uma pergunta para o Plenário, para estabelecer o debate. Geralmente quando se produz esse documento, temos os grandes eixos programáticos do Governo, depois temos os sectores, temos os domínios dentro de cada sector, daí é que partimos para as grandes opções de política.

Depois destas grandes opções, partimos para as medidas de política, e há um capítulo que é «resultados esperados». É uma forma do Governo se auto controlar e saber para onde vai. Resultado esperado, e esse documento não foi concebido dessa forma. Ele é quase uma reprodução do Programa do Governo, quero alertar, tanto ao Governo como à Assembleia Nacional que esse documento tem que ser melhorado.

Vamos aprovar o OGE de 2011, sim senhor, mas para suportar que medidas? Não sei se me faço entender. É uma questão de fundo. O Orçamento de 2011 não consegue suportar tudo que está aqui. Os grandes objectivos de política económica e social. Por isso, intervenho chamando a atenção para o facto e sugerindo a reformulação deste documento.

Algumas pessoas podem pensar que eu exagero, mas normalmente não sou uma pessoa exagerada. Sou uma pessoa muito prudente e sei daquilo que falo.

O Sr. **Presidente**: — Ainda temos inscritos os Srs. Deputados Carlos Pinheiro, Cecílio Quaresma, Idalécio Quaresma, e Sr.ª Deputada Filomena Prazeres.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma evocação ao Regimento. É só para pedir a Mesa, de certeza estão a fazer, mas para tomarem atenção rigorosamente com o que diz o Boletim e o artigo 158.º do Regimento, em termos de tempo para cada grupo parlamentar, por favor.

Porque o Grupo Parlamentar do PCD, segundo a contagem que estou a fazer só lhe resta 1 minuto.

O Sr. **Presidente**: — Bem, a Mesa tem o prazer de anunciar o tempo. O Governo tem ainda 22,5 minutos, o Grupo Parlamentar do ADI tem os 55 minutos ainda intactos, ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD resta 25 minutos e 39 segundos, ao Grupo Parlamentar do PCD resta 1 minutos e 2 segundos e MDFM/PL tem os seus 4 minutos intactos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e seu Elenco, Caras e Caros Colegas Deputados: À semelhança dos Deputados que me antecederam também quero desejar um bom ano 2011 a todos.

Sr. Primeiro-Ministro, eu regozijo-me com as medidas e acções da redução da pobreza que estão inscritas neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano. Este Orçamento prevê um aumento de salário aos funcionários de categorias mais baixas em relação ao Orçamento passado. Que ao invés de aumento salarial ser para as categorias mais baixas, eram os senhores que ganhavam mais é que beneficiaram de mais aumentos.

Neste Orçamento é diferente, é um Orçamento que prever um aumento para os funcionários públicos, aqueles que foram violentamente e brutalmente discriminados pelo anterior governo.

Aplausos do Grupo Parlamentar do ADI.

Acredito que as medidas e as metas do Orçamento serão cumpridas, e que os são-tomenses irão viver de acordo as suas possibilidades e não acima delas. É irresponsabilidade política, e as pessoas que vieram aqui criticar este Orçamento têm chocante insensibilidade social.

Não se admite que um País com problemas sociais graves como este, os governantes anteriores, ao invés de virem cá pedir desculpas a Nação são-tomense, aparecem aqui como salvadores da Pátria.

Aplausos do Grupo Parlamentar do ADI.

Nós, Sr. Primeiro-Ministro, pela primeira vez temos um Orçamento que beneficia as famílias são-tomenses, que vai melhorar a vida dos são-tomenses e não dos políticos, aqueles que «andaram a mamar» à custa dos orçamentos. Os pescadores, os agricultores, os vendedores de fardos, os motoqueiros têm agora uma oportunidade, porque terão este apoio e porque o Governo garante o combate ao abuso, à desigualdade social do passado. Este Orçamento é para servir com responsabilidade o interesse nacional.

Com relação ao compromisso que assumiu com a Região Autónoma do Príncipe, Sr. Primeiro-Ministro, o meu colega António Barros fez aqui referência ao termo de compromisso, mas ele também se esqueceu de alguns compromissos que ele próprio assumiu com o eleitorado no Príncipe. Criticou severamente o Governo do MLSTP/PSD por ter transferido montantes avultados ao Governo Regional e que até hoje não se sabe o que foi feito. E hoje está a pedir mais dinheiro para o Príncipe.

O Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso foi claro! Irá criar condições para que o Príncipe possa absorver investimentos e possa aplicar melhor e com rigor o dinheiro que será transferido.

Os 10% da verba de Taiwan, eu tenho a certeza que este Governo vai fazer chegar, mas através dos investimentos, não só por transferências, porque é um compromisso assumido e vai-se cumprir, de certeza, porque os Ministérios todos estão envolvidos em apoiar o Príncipe. Precisamos fazer parar esses actos de violência brutal, em termos de orçamento, que o Príncipe tem sofrido desde 1975 até agora. Agora é a vez do Príncipe e este Governo comprometeu-se e vai dar ajuda à Região Autónoma do Príncipe.

Ao Sr. Primeiro-Ministro, eu quero aqui agradecer pelo facto de ser o único político são-tomense que se comprometeu com a ilha do Príncipe, nem um outro assinou algum documento para apoiar a Região Autónoma do Príncipe. É o único em São Tomé e Príncipe!

Aplausos do Grupo Parlamentar do ADI.

Assumiu e vai cumprir!

Nós queremos agradecer este Governo em particular, e eu, em nome da Região Autónoma do Príncipe, pelo facto de estar a acompanhar toda a evolução da situação no Príncipe desde a sua tomada de posse até agora. Nós vivemos há bem pouco tempo no Príncipe, situações difíceis de energia e o Governo teve a coragem de alugar uma barça e fazer transferir todos os materiais e grupos de geradores para que no Príncipe não faltasse condições e isto durou muito tempo e o governo anterior nem sequer se preocupou com esta situação. Obrigado Sr. Presidente.

Aplausos do Grupo Parlamentar do ADI.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Agora passo a palavra ao Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI) – Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Ora, eu acho que nós estamos num momento muito importante para São Tomé e Príncipe e seria bom que cada um de nós se sentisse são-tomense.

Eu não gostaria, de forma nenhuma, que continuássemos a ouvir esse tipo de discurso que foi proferido pelo Líder Parlamentar do MLSTP/PSD. Pediram paz, pediram diálogo, mas porquê?

Esse discurso tão..., matar, acabar, fazer desaparecer a classe política do outro lado!

Se vamos realmente aqui mencionar, porque aqui em São Tomé sabemos quem é quem. E parece que a nível do ADI, nós conhecemos bem as pessoas. O País não pode ser governado como um jogo de cartas ou de xadrez. Por vezes, quando nós estamos de fora - eu sei jogar xadrez bem, na bisca 61, eu de fora, recordo até do duque de pau para saltar solfão, eu recordo isso, mas quando eu estou a jogar 61, esqueço-me do duque pau e tomo solfão. E temos que evitar isso. É muito importante que em São Tomé e Príncipe vivamos em família.

Na 4.^a Comissão sempre usei essa linguagem: Vamos ser são-tomenses. Há bem pouco tempo, recebemos no País cento e tal quadros são-tomenses. Temos homens e mulheres para trabalhar São Tomé e Príncipe. Porquê que temos o País neste estado? Porquê?

Temos que evitar de pensar desta forma: — «Só vou trabalhar como são-tomense se eu estiver no Poder». Eu não penso assim! Inclusive, como disse, o Deputado Albertino Bragança e também o Deputado

Delfim Neves, na verdade, dissemos que é preciso que o Governo tenha cuidado com este Orçamento e as GOP.

Estamos de acordo com isso. Eu gostaria que pudéssemos ajudar o Governo a corrigir ..., temos que sentir a são-tomensidade no seio de todos os são-tomenses e não vir dizer, isso não serve.

Estamos aqui a lutar uns contra os outros e o País está cada vez a ir para fundo.

Taiwan nos dá USD: 10.000.000,00 (Dez Milhões de Dólares) por ano e são por volta de 15 anos, se fizermos as contas, em 10 anos recebemos USD: 150.000.000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de Dólares). E se em São Tomé somos 150 mil pessoas, quer dizer que cada são-tomense recebeu USD: 1.000.000,00 (Um Milhão de Dólares).

Risos.

É ou não é isso?

Isso quer dizer o quê?

Isso quer dizer que temos que evitar, como são-tomenses que somos, esses tipos de dizeres, de discursos, que vão ferir a sensibilidade e levantar no nosso seio um mal-estar.

Temos que criar uma comunidade de bem, pessoas que realmente respeitam e querem ser respeitadas. E assim poderemos construir um País que é nosso.

Eu digo sinceramente, sou da ADI, mas vejo todos os Deputados que estão cá representados, como são-tomenses, e também aqueles que aqui não estão, todos são são-tomenses.

É bom que nós trabalhemos, meus senhores, se algo está mal no Governo, ajudemos o Governo a trabalhar, mas sem exhibir palavras duras. Porque se nós vamos perguntar a cada um, as viagens que fazem, de onde sai o dinheiro, os carros que compram, de onde vem o dinheiro, meus amigos, vamos entrar numa discussão que nunca mais acaba.

Porque nós não queremos ver esta Assembleia como era a Assembleia passada, com acusações, com disse que não disse, porque você é isso,... Não viemos para isso!

Somos crescidos e somos responsáveis! O povo não nos elegeu para virmos cá fazer teatro. Porque teatro, meus senhores, eu penso nos 35 anos de Independência. Temos que parar com isso! Vamos trabalhar, eu vos peço!

Muito obrigado.

Aplausos do Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Idalécio Quaresma, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI) – Boa tarde a todos. Faço minhas as palavras dos outros Deputados que felicitaram o ano 2011.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, na realidade, não venho aqui para fazer nenhum discurso acerca do Orçamento.

Mas algumas questões que foram levantadas aqui, que na realidade merece da nossa parte alguma reflexão.

Estamos a falar de que Orçamento? Estamos a falar dum Orçamento que 93% é esticar a mão, estender a mão, e só temos 7%, que é da produção interna, segundo o relato da 2.^a Comissão.

Devíamos reflectir bem sobre esses dois números. Porquê?

Estamos a fazer um Orçamento, a discutir obras e obras, nem sabemos se os nossos parceiros irão nos dar o dinheiro ou não. E também depende muito da nossa disponibilidade aqui, dos nossos discursos, da forma como os usamos.

Meus senhores, como disse o colega que me antecedeu, somos todos são-tomenses, sabemos para onde é que queremos ir e como podemos ir. Neste momento a equipa da mudança está no Poder. Foi o povo que nos deu no dia 1 de Agosto. Apresentámos o nosso Programa e estamos a apresentar o nosso OGE e pedimos a colaboração de todos para tentar melhorá-lo e afiná-lo.

Eu estou de acordo que nem sempre tudo é perfeito. Este deve ser o 5.^o Orçamento que se discute aqui na Assembleia e que assisto e em quase todos a crítica é sempre a mesma, estando de um lado ou do outro. Quando se está de um lado fala-se uma coisa e quando se está do outro lado fala-se outra coisa. Mas no fundo, ninguém apresenta soluções.

A questão das GOP e do OGE já vem desde 2006. Desde o Governo do Eng.^o Tomé Vera Cruz que já se vem com essa questão, inclusive, eu fazia parte da Comissão. E quando nós apresentamos as GOP no Governo do Dr. Patrice Trovoada, em 2008, eu fazia parte da Comissão e lá o Dr. Norberto Costa Alegre tinha uma proposta que era muito correcta sobre esta questão.

Meus Senhores, vamos reflectir na realidade, como apresentou a proposta o Sr. Deputado Albertino Bragança sobre esta questão. Vamos pegar o problema, vamos analisá-lo e encontrar solução, de maneira que daqui para frente já não se vai falar sobre essa situação. Esta é que é a crítica e a proposta que nós queremos avançar.

E outra questão, ouvimos aqui falar de Comunicação Social, ouvimos falar de tanta coisa, mas a Comunicação Social sempre está na moda. Basta estar um Governo ou outro aparece a Comunicação Social.

Portanto, meus amigos, temos que começar a conviver com a democracia, ela é mesmo assim, cada um do seu lado vai fazendo o seu papel, mas temos que ter a coragem de enfrentar esses aspectos.

Portanto a mudança é verdade, mas a mudança não se faz num dia. Esse é um processo e nós do ADI queremos dar o pontapé de saída nesse processo, e estamos a dar.

Vamos começar, vamos cometer alguns erros, é normal, mas vamos ter a coragem de corrigir.

Quando se traz aqui outra vez a questão de viagens eu pensava que essa questão já morreu na outra Legislatura. Portanto, isso é triste voltarmos a ter uma Assembleia como tivemos no passado.

Vamos elevar o nosso nível de discussão, vamos discutir o Orçamento, apresentar soluções, ver as alterações, mas tendo sempre em referência, devemos só aqui discutir os 7% porque ele é que é nosso. Isso podemos discutir. Os 93% nem sabemos se vão nos dar.

Muitas vezes dizem que vão dar e quando chega ao fim não há dinheiro. E agora com essa crise mundial e neste contexto actual é muito difícil.

Da intervenção do Líder do MLSTP/PSD só gostei de ouvir uma coisa: Vamos viabilizar o nosso Orçamento.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Filomena Pina.

A Sr.^a **Filomena Pina dos Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e todo o Elenco Governamental, Sr.^{as} e Srs. Deputado: É com enorme prazer que tomo a palavra para dividir convosco algumas preocupações que me afligem e espero contar com o apoio e compreensão de todos. Passo antes a desejar também a todos aqui presentes e ao povo são-tomense um ano novo cheio de saúde, prosperidade, muita paz e concórdia, sobretudo. Sou são-tomense e orgulho-me do o ser, mas há circunstâncias que às vezes me obrigam a defender o regionalismo. É o facto que me tem cá presente.

Porque prometi ao eleitorado que confiou em mim que havia de discutir cá na Assembleia em prol de Região Autónoma do Príncipe. É nesta ordem de ideias que passo a expor algumas preocupações relativas ao Orçamento e algumas situações constrangedoras que vivemos nessa Região. Só quem está lá é que de facto pode dizer as coisas como elas são.

Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro, quero pedir-lhe com todo o respeito que reveja o Orçamento da Região e se for possível, alterá-lo. Ficariamos muito gratos se isso acontecesse de facto.

O Excelentíssimo Sr. Secretário Regional para os Assuntos Económicos e Financeiros e o Sr. Presidente do Governo Regional deslocaram-se a São Tomé e junto com o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional delinearam um Orçamento para a Região depois de algumas discussões acertadas e concertações, acontece, porém, que depois dessas concertações o Orçamento voltou a sofrer cortes, que para nós foi motivo de grande constrangimento.

Excelência, a crise económica mundial afecta-nos a todos e temos consciência disso, mas sejamos razoáveis dividindo o mal pelas aldeias. Parece-nos que o Príncipe está a ser mais afectado por essa crise. A Região Autónoma do Príncipe tem um governo legítimo e não há necessidade de a verba da Protecção Social destinada aos velhos e mães carenciadas estar inscrita no Ministério da Saúde, sabendo que as Finanças Regionais podem muito bem assumir esta verba. Não há verba nenhuma no Orçamento Regional de apoio às calamidades, Sr. Primeiro-Ministro. Foi-nos prometido 10% de financiamento dos Parceiros Internacionais, no acordo assinado por Sua. Excelência Sr. Primeiro-Ministro, aquando da Campanha para as Eleições Legislativas, acordo esse que foi feito por um grupo de cidadãos da Região Autónoma do Príncipe que assumiram uma série de compromissos entre todos, e também a melhoria significativa do Orçamento, e estão cá nesta Sala pessoas que fizeram parte desse compromisso. Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro, esperamos que de facto as despesas com a evacuação dos doentes para São Tomé sejam da responsabilidade do Orçamento Nacional, como foi prometido porque todas essas evacuações têm sido pagas com verbas das despesas correntes, facto que emperra, sobremaneira, a viabilização dos serviços da função pública regional, porque cada evacuação fica por volta de Dbs: 50 000 000,00.

Excelência, queríamos que a verba inscrita para o Investimento Público no que respeita a transferência de capital mantivesse o valor inicial de 15 biliões de dobras e se possível, aumentar um pouco mais., porque temos o gerador por pagar, escolas e creches por acabar e temos a residência do Governo que é uma estrutura que está quase a cair e que faz muita falta para os nacionais. Temos ainda a reabilitação da estrada da Rua Nova, que se encontra em situação lamentável. No capítulo de construção de «casas sociais», seria bom que nos disponibilizasse, pelo menos, dois biliões de dobras porque estou em crer que com 6 milhões não se faria casas em condições razoáveis para um ser humano habitar.

Excelência, temos ainda a reabilitação das estradas da cidade de Santo António, que estava orçado em 33 biliões e tal foi reduzido a 9 biliões. É um corte muito grande. A construção do troço da estrada de Santo António II é de capital importância por ser a estrada que dá acesso ao Liceu regional e ao Jardim de

Infância Santo António II. Nas épocas chuvosas só quem vive no Príncipe sabe o que os alunos do liceu e do jardim passam para chegar às suas escolas, sem falar dos elementos da população que vivem naquela localidade.

Temos ainda o problema da verba disponível para o estudo do porto do Príncipe, que está orçado no valor de Um bilião de dobras e eu não sei se valor seria um valor bom para um estudo de alta envergadura. Excelência, se Vossa Majestade conseguisse ajeitar um pouco mais o Orçamento da Região depois da exposição feita estaria a contribuir para um melhor Príncipe e conseqüentemente para um melhor São Tomé e Príncipe, caso contrário, seria, de facto, um pontapé de saída para a instabilidade. É tudo quanto me apraz dizer. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, embora os Deputados do meu grupo parlamentar já tenham feito abordagem à essa questão, mas eu gostaria também de fazer algum comentário. Apenas queria levantar dois aspectos, um que foi levantado pelo Sr. Deputado Albertino Bragança e outro pelo Sr. Deputado José Viegas.

A questão que o Deputado Albertino Bragança levantou, nós, na 2.^a Comissão também vimos isso. Portanto, realmente há como que a necessidade de haver uma harmonização entre aquilo que vem no OGE e GOP. Mas essa é uma questão que tem vindo a ser assim, Já vimos neste Governo assim como nos governos anteriores e chegamos à conclusão de dizer porque não a Assembleia chamar à si essa questão para vermos a forma de haver algum documento que pudesse sustentar as acções que vêm inscritas no OGE. Realmente em termos constitucionais, o Governo nas suas competências deve apresentar um programa de desenvolvimento e nós no Regimento falamos das GOP. Aqui há uma certa dicotomia das coisas que devemos fazer. Portanto, temos que chegar a um consenso, para ter um documento único, que o Governo pudesse apresentar aquando da apresentação do OGE. Portanto, fora dessa questão há um segundo aspecto que tem a ver com aquela questão que eu queria apenas ressaltar e que tem a ver com a continuidade das acções do Estado. Veio um outro governo, é um outro mandato, é um outro Elenco Governamental, tem que haver a continuidade do Estado. Não é apenas que este Governo ter que fazer mudança imediata. Deverá ter tempo suficiente para prosseguir com o seu mandato e ter a oportunidade de mostrar à Nação aquilo que ele é capaz de fazer ao longo dos 4 anos. Não podemos exigir desde já, nós queremos que o Governo fale já daquilo que terá oportunidade de fazer, esquecendo todo o resto. Não é possível, não há nenhum país do mundo que funciona assim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (AD): — Sr. Presidente, venho mais na base das intervenções dos meus colegas Deputados que me antecederam Sei que posteriormente o nosso Primeiro-Ministro e Chefe do Governo irá explicar muito melhor do que nós as acções do nosso país. Especificamente, sou do Príncipe e faço parte da defesa da população a nível da Nação. Mas queria só abrir a mente um bocadinho do meu colega Deputado António Barros do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e a Sr.^a Deputada Filomena Pina se estiver com a mente fechada também posso abri-la, e aos outros nossos colegas.

O Sr. Deputado disse e bem, o Governo Regional teve negociações com o Governo Central e por trás, fez cortes das verbas. Eu queria só lembrar ao Sr. Deputado que estamos numa altura de crise ao nível mundial, crise global, e que certamente não deve ser só o Governo Regional a ser sacrificado. Temos que ter um primeiro ano de sacrifício porque a Casa precisa de ser reorganizada, de forma que qualquer orçamento, julgo eu, é uma perspectiva. O Orçamento é uma coisa que se diz e faz-se. Enquanto estiver na sua fase de execução pode sofrer alterações. Bom, o Sr. Deputado falou do Orçamento e disse que não era aquilo que o Governo Regional pretendia. Quero aqui dizer ao Sr. Deputado e tranquilizá-lo de que este Orçamento do Governo do Dr. Patrice Trovoada é um Orçamento realista e estou certo e convicto de que ele não vai ser como os outros.

Vamos recuar um pouco até o ano 2010 em que não estava na governação o Dr. Patrice Trovoada. E não foi ele ou seu Governo que fez o Orçamento. Quanto é que tínhamos no Orçamento de 2010 para a Região? 109 biliões de dobras. Até o dia 31 de Dezembro, quero perguntar ao Sr. Deputado se sabe quanto é que o Governo Central enviou para Príncipe? Cerca de 30 biliões. É realista este Orçamento?

Não vale a pena o Dr. Patrice Trovoada dizer, vou dar 100 e quando chegar 2011 só dá 10 ou 20. Não queremos isso. O que queremos no Príncipe é um Orçamento realista. O Governo com as perspectivas que tem, com os acordos que assinou com a nossa comunidade, como disse aqui o nosso colega Deputado, o nosso país vive de estender as mãos e de acordo a essas recessões monetárias e financeiras é que vamos pôr em execução aquilo que realmente o povo precisa. Faço ainda a comparação do Orçamento do ano passado em relação a este ano. Eu falei em 109 biliões de dobras do ano 2010 e neste ano estamos a falar de 199 mil milhões de dobras.

O Sr. Deputado disse aqui que em termos reais não houve aumento.

Houve ou não?

Está inscrito no Orçamento do Governo Regional cerca de 93 biliões de dobras para a construção de uma mini-hídrica. Para quê? Para responder a uma das alíneas do termo de compromisso: «Atribuir energia eléctrica a população do Príncipe em cerca de 24 horas por dia.»

Qualquer cidadão do mundo necessita de ter energia para sua produção e já vimos que somos um País pobre, que andamos todos os anos a pedir. Porque não investir na hídrica sabendo que o gasóleo tem que ser comprado?

Isto não é uma mais-valia Sr. Deputado António? Por amor de Deus! Falou ainda dos 10% da verba que está no termo de compromisso e que o senhor só viu cerca de 5%. Eu confesso que não tenho explicação completa para lhe dar, mas acredito que o Governo vai dar. Contudo, quero só dizer que o País é só um e além das acções que estão no Orçamento Regional há ainda acções de carácter que estão aqui no Orçamento Nacional.

Quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Membros do Governo que a população do Príncipe está confiante nesse termo que o senhor assinou e também está consciente e sabe que não há varinha mágica para fazer as coisas de um dia para outro. A população sabe que não se semeia hoje para se colher hoje. A população sabe disso e é por isso que ainda mantém a confiança neste Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro. Porque a população sabe que além da «casa desorganizada», como é o caso do nosso país, também é preciso que todos nós são-tomenses tomemos consciência de que só com o trabalho, dinamismo e a vontade de fazer para os outros é que conseguimos avançar. Gostaria também de lembrar ao Sr. Deputado António e à população que me escuta que este termo de compromisso não foi assinado com o Governo Regional, mas sim com a população do Príncipe.

Aplausos.

Todos nós conhecemos o estado da Nação e se alguém ainda tem dúvidas que tenha a coragem e chame os anteriores governos para ouvir directamente deles. Porque eles também sabem. O Dr. Patrice Trovoada só é Primeiro-Ministro há uns meses, mas temos aqui nesta Sala pessoas que foram governantes durante 35 anos.

Murmúrios e risos.

Este termo de compromisso é para ser cumprido em 4 anos e a população do Príncipe não está à espera que logo no primeiro ano possa ter tudo. Porque é impossível. E nós sempre dissemos, mesmo em campanhas eleitorais, que nós, a população do Príncipe, não queremos o dinheiro do Dr. Patrice Trovoada, mas queremos o dinheiro da comunidade internacional que é posto no nosso país desde o ano 1975 e que nós na Região Autónoma do Príncipe nunca vimos.

Aplausos.

Há muito mais coisas que podemos aqui falar, mas, infelizmente, por razões de tempo, fico por aqui, dando garantias à população, que nos elegeram, de sempre defendê-la. O País precisa de avançar e quero aqui desejar força a todos aqueles que têm a vontade de fazê-lo avançar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Menezes.

O Sr. **Hélder Menezes** (MDFM/PL): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, desejo a todos um bom ano e que este ano 2011 seja um ano de trabalho.

Sou daquelas pessoas que não gosta de perder tempo com aquilo que nós iniciamos infelizmente há bem pouco tempo aqui na Assembleia. Acho que o momento é de decisão, de trabalho. Vamos evitar politiquices, acusações, problemas uns com outros. Devemos esquecer de tudo isso e trabalhar, organizar o País que é a coisa mais importante.

Fomos eleitos para quê? Estamos aqui a dizer que aquele viajou muito, comeu muito e bebeu muito ou mesmo aquilo que disse, com todo o respeito que tenho com o colega Deputado que me antecedeu, a questão dos 35 anos. Mesmo isso, vamos deixar. Vamos organizar a Casa e trabalhar.

Estamos a falar do OGE e das GOP. É um Orçamento que acho ser possível. Não podemos construir castelo no ar, num País tão pobre que todos nós sabemos e conhecemos. Basta ver o Orçamento, a verba vem da Nigéria, Guiné-Equatorial e de muitos outros países. Portanto, a maior fatia do «bolo» vem do financiamento externo. Perante essa situação, o que é que devemos fazer? Devemos pegar naquilo que temos, isto é, no Orçamento e nas Grandes Opções de Plano que o Governo nos apresentou e analisá-los.

Devemos transformar esta Casa numa casa pedagógica. Aqui deve ser uma escola e principalmente para aqueles que já estão cá há muitos anos. Deve servir de escola para os mais novos.

Vamos deixar daquilo que já assistimos no nosso Parlamento nos anos passados, em que perdíamos tempos com coisas descabidas e o País continuou como está. O que é que ganhámos? O que é que o povo

ganhou? Há problemas de água, de energia, de saneamento de meio, problemas crónicos que nós todos conhecemos. E muitas vezes fingimos e passamos o tempo a divertir a população. Isto para dizer que estou muito de acordo com aquilo que disse o Sr. Albertino Bragança. Eu também tive alguma dificuldade nas GOP, portanto, é muita coisa ao mesmo tempo. E o Governo depois terá que ver como priorizar as acções dentro das GOP. Acho que é possível. É possível através dos sectores, portanto deve haver programas sectoriais. Através de programas sectoriais é possível minimizar essa situação.

Pegando num aspecto em que se fala pouco aqui no nosso país, em particular, mesmo ao nível do Parlamento e também ao nível do Governo, que é o problema da descentralização. Digo isso porque ainda carrego comigo um pouco daquilo que eu exerci há bem pouco tempo. Tem-se que descentralizar os serviços. Teoricamente se diz que quando se descentraliza, está-se a democratizar a governação. Isso significa que tem-se que buscar a forma de descentralizar os recursos humanos, a tecnologia e os recursos financeiros. Muitas vezes pensamos que é só recurso financeiro, não é possível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder já ultrapassou os seus 4 minutos. O senhor tem mais 2 minutos concedidos por ADI.

O **Orador**: — Agradeço ao ADI, pelo tempo que me deu. Vou ver se consigo resumir.

O que eu queria dizer é o seguinte: Peço aqui ao Governo, de forma sectorial, nomeadamente, através do Ministério da Descentralização que possa buscar a forma de descentralizar um pouco os recursos financeiros, humanos e não só, a tecnologia, para que o desenvolvimento chegue às zonas rurais. São grandes acções que estão concentradas no Governo e muitas vezes, por experiência própria, o Governo Central esquece-se muito do Governo Local. Pequenas coisas que muitas vezes o Governo Local pode resolver, mas não resolve porque não tem recursos financeiros, não tem recursos humanos e não tem tecnologias. E, eu acho que é o tempo para nós acabarmos com isso. As Câmaras não podem fazer porque não têm quadros técnicos. Esses técnicos todos que estão em São Tomé e Príncipe, que chegaram de Cuba, França, Guiné-Equatorial, o quê que estão a fazer? Todos concentrados aqui na capital. Porquê?

Há algo que vi, acho que é de extrema importância, que é criação regional. Acho que é a descentralização da agricultura. Acho que é muito importante. É muito importante que se crie essa organização regional da Agricultura e, se calhar, um ponto de partida para a criação de emprego e resolver certos problemas que existem ao nível das comunidades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves do PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, honestamente, depois de ouvir aqui duas intervenções, sobretudo, do Sr. Deputado Cecílio e do Sr. Deputado Hélder Menezes, deveria ter retirado a minha intervenção. Mas venho fazê-lo de novo, porque quem cala consente, e não sou daqueles que leva desaforo de ninguém.

Eu quero pedir aqui a todos para que quando elaborarem discursos de ataques pré - concebidos e bajuladores, inclusive, tenham a capacidade de separar as entrelinhas. Porque depois dispara a bala por todos e sem saber para quem e o que fica lá fora, ainda por cima, com palmas constantes, como se fossem bons discursos. Muito mau, quero vos dizer.

Nós fizemos a nossa intervenção com coisas concretas. Ninguém disse aqui que o Orçamento é mau, o que se notou são as discrepâncias, as incoerências, que podem ser melhoradas, sugerimos inclusive..., quero vos dizer, a bom da verdade, as Grandes Opções do Plano não deveria ser admitido. Não tem lei.

A Assembleia não recebe projectos assim. A Assembleia recebe projectos de lei.

Nós recebemos, aceitámos e vimos cá aconselhar o Governo, em tempo útil, para preparar a proposta de lei das Grandes Opções do Plano, estou a repetir. Não está. Mais ainda, falamos aqui de números que não se enquadram. Não vejo a razão de tantos disparates que foram aqui ditos.

Agora, dissemos aqui que estamos prontos a colaborar. Porque se há quem tem razão para fazer oposição serrada é este que está aqui. Porque quando estive no Governo todos aqui sabem como é que ele sofreu com a oposição. Mas eu sei nem sou daqueles que usa essa linguagem de *píam só cá xtilá píam*. Eu não vou usar.

Eu vou fazer aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado Cecílio, sou são-tomense e vou lutar por São Tomé e Príncipe e o seu povo. É isso que vou fazer.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, queria apenas fazer um esclarecimento antes de continuarmos. O documento das Grandes Opções do Plano tem a proposta de lei e está assinada.

Protestos de alguns Deputados do MLSTP/PSD e do PCD.

Sim, e se não está, penso que os serviços devem ter-se enganado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Nem está assinada

O Sr. **Presidente**: — Existe a proposta assinada. Amanhã vou ver junto aos serviços

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Eu não tenho, porque não recebi.

O Sr. **Presidente**: — Amanhã vou ver junto aos serviços para que lhe apresentem a proposta assinada.

A situação do tempo: O Governo continua com 22 minutos e 30 segundos, ADI tem 21 minutos e 15 segundos, MLSTP/PSD tem 15 minutos e 39 segundos, PCD tem 2 minutos e 15 segundos e MDFM/PL tem 20 segundos.

Tem a palavra o Sr. José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas algumas notas.

A primeira nota é para agradecer o Sr. Primeiro-Ministro de ter reconhecido que, de facto, houve algumas falhas. Eu acho que se continuar assim o exercício será bem feito.

A segunda nota: Porque foi feita aqui referência aos 35 anos, não quero voltar a este pódio para falar mais disso. Gostaria de agradecer a todos aqueles que estão no MLSTP/PSD, no PCD e no ADI que deram o melhor de si durante esse tempo todo.

Aplausos.

A terceira nota: Sr. Deputado Idalécio, penso que tem uma excelente memória de registo de quanto temos estado a contribuir para que tudo ande bem, passando por muitas coisas. Eu não quero aqui tocar nelas.

Dissemos solenemente que estamos na disponibilidade de colaborar. Sempre colaboramos!

O Sr. Deputado Delfim falava de a proposta de lei não ter sido assinada. Efectivamente, entrou no dia 15 sem ser assinada. Só depois foi corrigida e o Ministro do Plano e Finanças não assinou, deveria ter assinado, na verdade delegou isso a alguém e só chegou dois dias depois. Mas ninguém pôs isso aqui em causa!

Agora, meus caros amigos, eu tenho um defeito de raiz. Sabem qual? Sou coerente, e venho de um partido que tem o hábito de aceitar opiniões contrárias. Não venho fazer unanimismos. E sempre que houver alguma coisa que a gente pode criticar para corrigir, temos que fazer! E se aqui, na bancada do ADI, houver esse espírito, os senhores estarão a contribuir positivamente para que o Governo tenha melhor sucesso. Não vim aqui, e nenhum de nós está na disponibilidade de vir aqui bater palmas por tudo.

Oiça lá, no meu discurso, eu disse, e vou reiterar, que em quatro anos não se consegue fazer tudo. Mas eu não quis, com aquelas palavras, deduzir que necessariamente em um ano se pode fazer tudo. Se em quatro não se pôde, como é que em um vai-se conseguir fazer tudo?

Agora, colocamos aqui algumas perguntas concretas. Espero que haja respostas em relação a elas! Quando falamos de viagens tocamos em coisas concretas. Oh Sr. Deputado! Vossa Excelência sabe perfeitamente que um Chefe do Governo quando se desloca, há regras, há leis, há todo um conjunto de procedimentos que devem ser obedecidos. Se há Deputados aqui que pensaram que nós viemos para aqui bater palmas por tudo, estão completamente enganados e mais, porque não é esta a nossa missão. A nossa missão não é esta, a nossa missão é criticar o que está mal e vamos contribuir. Dissemos que vamos viabilizar o Orçamento, mas nós gostaríamos que as questões que aqui colocamos, fossem respondidas. Isso é para corrigir!

Este Governo comete erros sim. Não há Governo que nunca cometeu erros. Sempre dissemos isso. Então! Querem quê? Que eu viesse para aqui fazer o quê?

Risos.

Bom, Sr. Presidente, eu penso que para hoje o exercício está feito, à medida do possível. Vou reiterar e deixar aqui solenemente dito, o seguinte:

Nós vamos contribuir de forma construtiva. Aqui não foi feito ataque pessoal a ninguém, o que fizemos são críticas em relação a coisas que, no nosso entender, não estão a ser bem-feitas. Isso vamos continuar a fazer. Sempre!

E dissemos mais, que se respeite a Lei do Direito dos Cidadãos, que se respeite o regime democrático que custou a todos nós instalar aqui em São Tomé e Príncipe e temos responsabilidade nisso.

Há coisas que estão a ser feitas, eu falei aqui no Tribunal de Contas, vamos a coisas concretas e na devida altura chegaremos lá.

Há evidências de violação de leis, há evidências de incumprimento das coisas que estão claramente na lei e que as pessoas, veladamente, vão fazendo. Porquê que nós vamos continuar assim? Esse é que é o caminho para o futuro?

Por exemplo, o Sr. Cecílio, eu não conhecia muito bem os seus dotes em relação a muitas coisas, mas falhou redondamente na tabuada. Os 150 milhões a que fez referência não dão 1 milhão para cada são-tomense.

Risos

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sinceramente, eu não queria entrar nesta de responder. Aliás, quando fiz a minha intervenção não tive a intenção de atacar ninguém pessoalmente. Quero dizer que durante o tempo em que ouvia do lado de fora estas sessões parlamentares, eu sempre defendia que aqui devia-se concentrar naquilo que é o essencial. Saber dos problemas que afectam o nosso povo e não estar a trocar acusações entre os Deputados, porque assim vamos roubar o tempo útil que temos para resolver o problema do povo.

Diz o velho ditado o seguinte: «Quem não tem não pode dar»; «Quem não sabe não ensina»; «Quem não pode, não compromete».

Os compromissos, são compromissos. E ainda mais grave quando são assinados com a população, que alimenta consideravelmente as suas expectativas.

Por um lado, eu fico triste com o comportamento dos Deputados eleitos no Círculo Eleitoral do Príncipe, mas, por outro lado, fico satisfeito. Explico porquê.

Fico triste porque, depois da brilhante intervenção que tive a favor do meu povo no Príncipe,...

Risos.

... eu lamento que haja pessoas com coragem de contrariar. Por outro lado, fico satisfeito porque no início desta Sessão, vimos o Deputado Carlos Correia a discutir o aumento dos subsídios dos Deputados do Príncipe. Isto prova que ao subscrever este documento os Deputados do ADI, não estavam a pensar no bem-estar da população do Príncipe. Estavam apenas a pensar num assento na Assembleia Nacional e nos prémios e subsídios. No que toca aos Deputados do ADI do Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe.

Quando o Sr. Deputado Carlos Correia referiu-se a abrir a mente, uma coisa é alguém que está com a mente fechada hoje e que pode abrir hoje ou amanhã e outra coisa é viver com a mente fechada. Digo isto, porque o Sr. Carlos Correia referiu-se à mini-hídrica. É uma valia sim senhor! Mas se tivesse com a mente aberta não a usaria como justificação para a promessa de energia na Região Autónoma do Príncipe, de 24 sobre 24 horas, porque no acordo que o Sr. Deputado subscreveu, no ponto 5, n.º 3 - Abastecimento de água e energia e saneamento do meio, diz o seguinte: «O Governo do Dr. Patrice Trovoada garante o aumento de combustível para o fornecimento de energia eléctrica em 24 horas por dia aos cidadãos são-tomenses da Região Autónoma do Príncipe e outras fontes alternativas de energia.» Isto faz-me agora colocar uma questão ao Sr. Primeiro-Ministro, porque é necessário explicar à população do Príncipe, porque não consegui descortinar na parte da EMAE, ...

Protestos de alguns Deputados do ADI.

Quando as pessoas falaram aqui, eu deixei falar, e eu agradeço que me deixem falar.

Eu digo isso porque a promessa que foi feita de energia de 24 sobre 24 horas, reparem bem, antes de se falar da mini-hídrica, que é uma valia, há uma promessa de aumento de combustível que até hoje não se registou na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agora passo a palavra ao último inscrito, que é o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vou tentar ser breve. Pedi a palavra ao Sr. Presidente - não tenho essa função, mas os meus anos na Casa e a minha experiência não só de parlamentar aqui em São Tomé e Príncipe, mas um pouco conhecedor daquilo que são os outros Parlamentos -, para tranquilizar os Srs. Deputados.

Eu julgo que a Sessão de hoje tem sido muito boa. E deixe-me dar-lhe os parabéns, meu caro colega António Barros. Se eu fosse jornalista a fazer um artigo, eu punha como título, «Grande estreia». Para além do mérito da sua intervenção e também da qualidade da mesma. o senhor provocou uma outra coisa. Pela primeira vez, repito, pela primeira vez, Srs. Deputados, a Região do Príncipe entrou, de facto, em contradição, porque um Deputado de um grupo parlamentar teve uma visão diferenciada de outros Deputados de outros grupos parlamentares.

Regra geral, Príncipe é coeso na defesa dos seus interesses, versus Governo Central. Isto é bastante positivo.

Relativamente a si, Sr. Primeiro-Ministro, pode parecer que algumas questões sejam de natureza mesquinha ou doméstica, mas o senhor quer no seu Programa quer no seu discurso hoje, fez referência à necessidade de luta contra a corrupção. Não estou a fazer referência à si, mas o que eu quero dizer é que por ter eleito esta matéria, quer no seu Programa, no seu discurso de hoje de apresentação do OGE, voltou a fazer referência à isso, faça-me um especial favor, as dúvidas que pairam sobre si é sua responsabilidade. Clarifique-as! Mesmo que seja das questões domésticas! Porque um Chefe do Governo, Presidente da República, porventura, nós, os Deputados, somos, regra geral, tidos como os maus da fita. E quando pesem dúvidas sobre entidades, é melhor que elas sejam clarificadas. E tudo que lhe perguntarem, faça o especial favor, clarifique. O senhor ficará tranquilo, os Deputados ficarão esclarecidos e a Nação ficará sem dúvidas. Isso não quero dizer apenas à si. Estou a referir-me à si, porque, felizmente, o senhor está a dirigir um Governo neste momento. Se houver questões sobre nós, também devemos clarificar. Era com este intuito que queria fazer a intervenção Sr. Presidente, pedindo a todos que sejamos, de facto, são-tomenses, mas cada um no seu canto com a sua visão, contribua da sua maneira, com respeito e civilidade.

O Sr. **Presidente**: — Neste momento não temos inscritos.
Sr. Primeiro-Ministro quer usar da palavra?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, se faz favor.

Vozes: — *Amanhã!*

Uma Voz: — *São 12 horas!*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, eu gostaria de agradecer todas as intervenções, perguntas, pedidos de esclarecimentos e contribuições que foram aqui feitas, com algum destaque pela contribuição do Sr. Deputado Albertino Bragança, agradecer também o conselho do Sr. Deputado Alcino Pinto, e dizer que no que diz respeito particularmente à Região Autónoma do Príncipe, sinto que sou também do Príncipe.

Quero dizer que todas as questões aqui levantadas, com a vossa indulgência, serão respondidas amanhã, para podermos aprofundar, o máximo possível, devido a pertinência das questões, de modo que esse trabalho da discussão e análise da proposta do Orçamento e das GOP, possa, de facto, servir a todos e, sobretudo, ao povo são-tomense. Mas em relação ao Príncipe, quero dizer que o meu compromisso pessoal com a população do Príncipe a ser executado e implementado, se for possível, durante toda uma Legislatura, é para valer. Amanhã, darei explicações, porque questões precisam de ser esclarecidas, teremos que entrar em detalhes para explicar os números, mas o compromisso é válido. A minha ligação pessoal, política e afectiva com o Príncipe vale e amanhã espero que todos os Srs. Deputados poderão, de facto, sair mais tranquilizados quanto às intenções do Governo em relação a Região Autónoma.

Mas também quero dizer que concordo perfeitamente com o Sr. Deputado Alcino Pinto quando disse que assistimos a um momento novo, que é que somos todos são-tomenses e a questão dos medos quanto à autonomia ou à regionalização, hoje conheceu um avanço para o bem de São Tomé e Príncipe.

Para eliminar e seguindo os conselhos do Sr. Deputado Alcino Pinto, vou responder a algumas questões.

Eu tenho que dobrar, mesmo sabendo que às vezes essas dúvidas não sejam meramente críticas e politiquices. Toda a gente sabe que o Patrice Trovoada costuma viajar muito. Patrice Trovoada, não o Primeiro-Ministro. Patrice Trovoada muitas vezes viaja em aviões privados. Aliás, a maneira de se viver, os hábitos de cada um, quando tocam a esfera pública tem que se prestar contas, e há mecanismos de prestação de contas. Por isso, convido os Srs. Deputados a verem em qual dessas viagens foram utilizados fundos públicos e quais são aquelas que correspondem simplesmente a uma maneira privada de viver e de operar que é própria minha.

Em relação aos retiros, almoços, jantares com os membros do Governo ou com outras pessoas, é a mesma coisa. São iniciativas privadas entre pessoas que sendo membros do Governo criaram, evidentemente, relações também pessoais. No caso do retiro no Ilhéu das Rolas, volto a repetir, não foram utilizados fundos do Estado. Foi uma iniciativa de pessoas que necessitavam de se conhecer e conviver um pouco mais, as mulheres, os filhos, porque de alguma maneira estamos no mesmo barco e temos que criar laços de solidariedade. Acho que não vale a pena avançarmos mais sobre estas questões, mas quero deixar isso claro hoje mesmo sem o conselho do Deputado Alcino Pinto, de modo que amanhã possamos de facto trabalhar em coisas que eu considero mais essenciais e mais fundamentais num clima bom, sem excessos, com frontalidade, cada um fazendo o seu papel, mas sobretudo para que o Governo possa sair mais confortado mas com um instrumento que seja o melhor possível para servir São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Primeiro-Ministro. Com a permissão da Plenária, suspendemos o trabalho e amanhã continuaremos às nove horas, em princípio.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 15 horas e 5 minutos.